

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Nagel Medeiros

**FAZENDA DO MINISTÉRIO: UM TERRITÓRIO,
DOIS MOMENTOS, MUITOS SIGNIFICADOS**

GOVERNADOR VALADARES

2011

NAGEL MEDEIROS

**FAZENDA DO MINISTÉRIO: UM TERRITÓRIO,
DOIS MOMENTOS, MUITOS SIGNIFICADOS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Integrada do Território apresentada ao Programa de em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce.

Orientadora: Rita Cristina Souza Santos

GOVERNADOR VALADARES

2011

Enquanto os homens exercem
Seus podres poderes
Morrer e matar de fome
De raiva e de sede
São tantas vezes
Gestos naturais...

(Caetano Veloso)

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento, o mais justo e a quem dedico este trabalho, é ao colega professor, Bispo Filho que me pegou pela mão para seguirmos juntos nesta “aventura” pelo território da Pós Graduação Strictu Senso.

Longe de uma praxe ou formalidade obrigatória, é com muito afeto que agradeço à minha orientadora, professora Rita Cristina. Além de agradecer, celebro com ela este trabalho e o nosso encontro. Assim também as coincidências com as quais a vida nos brindou; nossa “carioquice”, nossas afinidades friburguenses e, mais que tudo, nossa porção cuidadora. As mães e tias também agradecem. Obrigada pelo cuidado e pela atenção constantes na orientação deste trabalho, cujo tema nada se aproxima da sua realidade como psicóloga.

Ao meu companheiro querido Mário que, embora distante, esteve sempre presente com apoio e paciência porque não é nada fácil ser namorado de mestranda.

Agradeço a todos os amigos e pessoas que me querem bem por terem suportado este tempo de ausências e negativas em função da minha dedicação a esta pesquisa.

Aos que se dispuseram a dividir comigo suas vivências e informações em narrativas que compuseram esta pesquisa, obrigada. Este trabalho também é de vocês.

Ao “pessoal” do Mestrado, em especial à Rosi pelo nosso companheirismo, à Tê (Terezinha Bretas) pelo interesse e à Neusinha pela constante solicitude.

À minha diretora Cláudia pela compreensão silenciosa.

À tia Lin, pela sua presença e alto astral.

À minha mãe, pelo seu amor, mais que incondicional.

A Deus, por tudo isso.

RESUMO

A questão agrária no Brasil é marcada por disputas e conflitos, também presentes no Vale do Rio Doce (MG), onde a importância da terra determinou uma lógica territorial marcada pelos latifúndios e pelo poder de mando dos grandes proprietários rurais. Em 1994, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promoveu sua primeira ação no Vale, ocupando a Fazenda do Ministério, localizada em Governador Valadares, um dos maiores municípios do Vale, fato que transgrediu a cultura política local, pela segunda vez, posto que a Fazenda já havia sido palco de conflito entre trabalhadores rurais e latifundiários em 1964, trinta anos antes. Quais seriam, então, os significados daquele território transformado novamente em objeto de disputa? A busca destas respostas é o principal objetivo desta dissertação que pretendeu estudar o significado da Fazenda para atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na ocupação em 1994. Em termos metodológicos, para tratar do objeto de estudo, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e análise de documentos, entre eles jornais locais da época; também foi utilizado o recurso da fonte oral, por meio da realização de 15 entrevistas semi-estruturadas. Foram ouvidos representantes do MST, dos ruralistas, assim como suas lideranças; apoiadores da luta pela terra; representantes da igreja e população em geral, privilegiando a diversidade no registro de diferentes pontos de vista. Buscamos a compreensão da realidade pela apreensão das relações no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal, condição fundamental para a análise numa abordagem territorial, nossa proposta nesta pesquisa. Foi fundamental o estudo de alguns conceitos como de movimentos sociais, poder e território; este último foi estudado nas suas múltiplas dimensões: cultural, material, econômica e simbólica. As narrativas de atores sociais envolvidos na ocupação da Fazenda do Ministério em 1994 revelaram seus múltiplos significados, decorrentes das subjetividades destes atores e das suas relações sociais no território. Assim, após análises das narrativas, concluímos que a Fazenda significa terra para plantar ou criar bois, espaço para sobrevivência ou lucro, na dimensão material ou econômica do território; mais do que isso, significa também a vitória da luta de trabalhadores rurais pela terra, na dimensão imaterial ou político cultural do território; ou seja, um trunfo, símbolo de poder.

Palavras-chave: movimento social, território, poder, significado

ABSTRACT

In Brazil, the agrarian matter is characterized by disputes and conflicts which are also present in the Vale do Rio Doce (MG), where the importance of the lands has determined a territorial logic marked by huge farms and their powerful and influent owners. In 1994, the Landless Rural Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST) promoted its first action in the Vale do Rio Doce by occupying the Farm of the Ministry, located in Governador Valadares, one of the largest cities in the Vale. This fact has infringed the local political cultural for the second time since a conflict involving rural workers took place in that Farm thirty years earlier, in 1964. So, what would the meanings of that once again disputed territory be? The search of such answers is the main objective of this work which intended to study the meaning of the Farm for those social actors direct or indirectly involved in the 1964's occupation. In methodological terms, to approach our subject, a bibliographical research has been developed and old documents (such as newspapers of that time) have been analyzed. Oral sources have also been consulted in 15 semi-structured interviews with MST's representatives, rural workers (and their leaders), people who support the agrarian cause, representatives of the church and the population, registering a varied range of points of view. This work tries to comprehend reality by comprehending the relationships in their social, historical, spatial and temporal contexts – an essential condition for the analysis in a territorial approach (which is the aim of this work). The study of concepts such as social movements, power and territory were primordial. The concept of territory was studied in its cultural, material, economical and symbolical dimensions. The stories told by the social actors involved in the 1994's occupation of the Farm of the Ministry revealed its multiple meanings, derived from the subjective character of those actors and their social relationships in that territory. Thus, after analyzing the stories, we have concluded that the Farm means soil for cultivation or raising cattle, a space for surviving or making money, in the material or economical dimension of the territory. More than that, it also means the rural workers' victory in the fight for land in its immaterial or political-cultural dimension – that is, a “trump card”, a symbol of power.

Keywords: social movement, territory, power, meaning.

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança renovadora Nacional
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DRD – Diário do Rio Doce
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epamig – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Fetaemg - Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais
FM - Fazenda do Ministério
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia - Tocantins
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Master - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PRN - Partido da Renovação Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
UDN – União Democrática Nacional
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
1.1 A RELEVÂNCIA	
1.2 OS CONCEITOS UTILIZADOS	
1.3 O MÉTODO	
1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	
2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: RESISTÊNCIA E LUTA	
2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS	
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	
2.2.1 O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)	
2.2.1.1 O caráter político	
2.2.1.2 Os princípios organizativos	
2.2.1.3 A porta de entrada	
2.2.1.4 A estrutura organizacional	
2.2.1.5 A influência da Igreja	
2.2.1.6 A mística e os símbolos	
2.2.1.7 A conjuntura e as palavras de ordem	
2.2.1.8 A estratégia de ocupação	
3 TERRA, CULTURA POLÍTICA E O PODER NO VALE DO RIO DOCE	
3.1 PODER E TERRITÓRIO	
3.1.1 A cultura política dos “coronéis”	
3.2 EMBATE DE TERRITORIALIDADES: A LUTA NO CAMPO	
3.2.1 As territorialidades na mídia impressa valadareense	
3.3 O ESTOPIM DA LUTA	
3.4 E A HISTÓRIA DA FAZENDA DO MINISTÉRIO CONTINUA TRINTA ANOS DEPOIS...	
3.4.1 Novos níveis de razão e significados	
3.5 O ACAMPAMENTO, NOVAS TERRITORIALIDADES	
4 SIGNIFICADO, O VALOR DE UM TERRITÓRIO	
4.1 O SIGNIFICADO PARA A ESCOLHA	
4.2 O SIGNIFICADO COMO BEM PÚBLICO	
4.3 O SIGNIFICADO DO USO	
4.4 O SIGNIFICADO COMO FUNÇÃO ECONÔMICA	
4.5 O SIGNIFICADO SIMBÓLICO	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	

1 INTRODUÇÃO

Em 23 de agosto de 1994, cerca de 250 famílias coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promoveram a primeira ocupação¹ no município de Governador Valadares - Minas Gerais. Ocuparam a Fazenda do Ministério, localizada às margens da rodovia Br 116² (Rio Bahia), a apenas seis quilômetros do centro da cidade. Depois de quatro dias, cumprindo mandato judicial, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) despejou as famílias que acamparam às margens da estrada, onde ficaram por dois anos, em barracos de lona improvisados. Só em junho de 1996, as terras da Fazenda do Ministério se tornaram o Assentamento Oziel Alves Pereira do MST³, abrigando 77 famílias de sem terra.

Mas a ligação da Fazenda do Ministério com trabalhadores rurais não começou em 1994. Trinta anos antes, em 1964, a Fazenda havia sido objeto de disputa entre trabalhadores rurais e latifundiários quando o presidente da República João Goulart, no comício da Central do Brasil⁴, às vésperas do Golpe Militar, anunciou a disponibilização das terras da Fazenda para Reforma Agrária. O fato gerou violenta reação dos ruralistas em Governador Valadares, onde o enfrentamento deixou mortos e feridos. Palco e motivação de luta pela terra em dois momentos da história de Governador Valadares, a Fazenda do Ministério foi o objeto deste estudo, cujo objetivo é compreender o significado da Fazenda para atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de ocupação de 1994.

¹ A estratégia básica dos sem terra é a ocupação de terra improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse”. (GOHN, 1997, p.144). Em 1994, o MST cadastrava em todo o Brasil, 518 ocupações, num total de 151.427 famílias.

² Rodovia federal BR 116, apelidada de Rio Bahia, é uma importante via, com 4 mil quilômetros de extensão que vai de Fortaleza, no Ceará, a Jaguarão no RS.

³ O nome do assentamento foi uma homenagem a um dos 19 sem terra mortos em 17 de abril de 1996 no conflito denominado Massacre de Eldorado de Carajás, que ganhou repercussão internacional ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), como uma das ações policiais mais violentas do Brasil.

⁴ Último comício do Presidente João Goulart antes do Golpe Militar, realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964.

O nosso primeiro contato com a Fazenda do Ministério aconteceu bem antes da ocupação em 1994. Como repórter, ainda no final da década de 1980, fizemos uma cobertura jornalística sobre pesquisa agrícola na Fazenda quando ainda funcionava como Estação Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). Em 1994, como editora do jornal local, acompanhamos a cobertura da ocupação promovida pelo MST, ainda com um olhar estritamente profissional. A partir de 1998, trabalhando como assessora de imprensa do único deputado federal eleito em Governador Valadares pelo Partido dos Trabalhadores (PT), começamos a ter um contato mais próximo com o MST que, naquela época, já havia conquistado a Fazenda do Ministério e implantado o Assentamento Oziel.

À nossa atividade jornalística se somou, então, a militância política o que nos possibilitou não só a convivência com militantes do MST, como experiências em outras ocupações de terra promovidas pelo Movimento e, conseqüentemente, em outros despejos pela PMMG. A militância alimentou ainda mais a curiosidade sobre a Fazenda do Ministério que era vista por nós por ângulos diversos já que, como jornalista, tanto transitávamos pelo universo do movimento social, como pelo universo dos ruralistas. Como construtor da realidade e formador de opinião, trazemos a definição de Chaparro (1994) sobre o jornalismo:

[...] uma entidade social e cultural, carregada de emoções, alimentando processos complexos de comunicação com informação, análises e opiniões que podem mudar os rumos de povos e nações. (p. 92).

A profissão nos aproximou também da história do Jornalismo de Governador Valadares que tem como expoente *O Combate*, jornal da década de 1960, que se destacou por abordar assuntos considerados arriscados, como conflitos e grilagem⁵ de terras. O responsável pelo periódico, jornalista Carlos Olavo da Cunha, participou ativamente dos acontecimentos que envolviam a disputa de terras da cidade e seu conhecimento resultou no livro *Nas terras do rio sem dono* que, mesmo utilizando nomes fictícios, retrata a realidade agrária no Vale do Rio Doce. O curso de Jornalismo da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), do qual

⁵ Os termos surgiram a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de "comprovação" de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação. Para além da origem do termo, a Grilagem constitui-se hoje num "Sistema ou organização ou procedimento dos grileiros". Estes últimos são "indivíduo[s] que procura[m] apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade". (MOTTA, 2001, p. 4)

somos coordenadora atualmente, prestou homenagem ao jornalista batizando o Laboratório de Jornalismo impresso com seu nome.

Todas as histórias vividas e ouvidas aguçaram ainda mais nosso interesse pela ideologia latifundiária de Governador Valadares e especificamente pela Fazenda do Ministério. Teria sido por acaso o MST ter escolhido a Fazenda para ocupar? Já em 2009, no início do curso de Mestrado, tivemos a oportunidade de entrevistar o líder do MST, João Pedro Stédile que, em visita ao Assentamento Oziel, afirmou que a Fazenda tinha um significado simbólico especial para o Movimento, devido ao fato de ter sido tirada dos trabalhadores em 1964; para ele significava a vitória sobre o latifúndio. A resposta selou para nós que seria aquele lugar, carregado de simbolismos e mistérios, que desejavamos pesquisar.

Seria coincidência a ocupação da Fazenda que trinta anos antes foi o estopim de uma reação violenta dos proprietários de terra contra a disponibilidade para Reforma Agrária? Seria uma afirmação de poder e força de atores sociais em situação de subordinação sobre as elites econômicas de Governador Valadares? O desejo pela posse da Fazenda significaria algo além da conquista dos quase dois mil hectares de terra? Tudo isso, somado ao nosso despertar pelos temas ligados ao território na Pós Graduação Lato Sensu de Gestão do Território e Patrimônio Cultural, que cursamos também na Univale em 2008, fez crescer os nossos interesses profissionais e pessoais pela questão agrária em Governador Valadares.

Nossa pesquisa, então, se propôs a estudar o significado da Fazenda do Ministério para atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de disputa em 1994. Para tanto, precisaríamos compreender os aspectos sociais, econômicos e culturais que influenciavam e influenciam a constituição de Governador Valadares, o que contribuiria na consolidação dos objetivos da linha de pesquisa *Território, Migrações e Cultura*, que se propõe compreender as diversas manifestações culturais em suas articulações territoriais, integrando os estudos ligados à história, à sociologia e à psicologia, numa abordagem multidisciplinar. Assim se deu nossa aproximação com estas áreas de estudo e um temporário afastamento da nossa área de formação: a Comunicação, o que acabou se revelando uma espécie de aventura acadêmica, no entanto, muito enriquecedora para uma jornalista/professora e coordenadora do único curso de Jornalismo da cidade de Governador Valadares.

1.1 A RELEVÂNCIA

Embora nosso trabalho não seja um estudo eminentemente histórico, a história seria fundamental posto que, como nos ensina Raffestin (1993), qualquer análise territorial só é possível pela apreensão das relações no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. É o que reforça também Bonnemaïson (2002) com sua visão cultural dos estudos territoriais quando diz que “... um espaço cultural se determina tanto pela sua dimensão territorial como por sua dimensão histórica” (p. 106).

Tudo o que nos propúnhamos a pesquisar era passado; um passado distante (1964), e outro mais recente (1994). Tínhamos um desafio pela frente já que são escassos os estudos sobre o território de Governador Valadares a partir da década de 1990, nosso período focal. A maior parte do que encontramos, o que também não é muito, se limita à década de 1980. Reside neste ponto um dos aspectos de maior relevância desta pesquisa: oferecer referências sobre a dimensão sócio-histórica em 1994, partindo da relação do homem com a terra, ou seja, da estrutura fundiária, tão significativa na construção social de Governador Valadares.

Outro desafio que também demonstra a relevância da nossa pesquisa é que não pretendíamos abordar, e não abordamos, a história do ponto de vista dos pioneiros; expressão que, na cidade, representa aqueles que foram expoentes na formação do município, a maioria proprietários de terras e comerciantes. Utilizamos, sim, pressupostos da História Cultural, que, mais preocupada com os anônimos, valoriza as experiências individuais e as análises qualitativas (LACERDA FILHO, 2006), muito significativas na dimensão sócio-histórica de um território. Assim, pudemos "enxergar" e trazer à tona acontecimentos e visões não conhecidas da realidade social, cultural, política e econômica de Governador Valadares, numa análise mais democrática. O registro contribui para a compreensão do território e, conseqüentemente, para sua construção.

1.2 OS CONCEITOS UTILIZADOS

Para possibilitar esta compreensão, a partir de uma abordagem territorial, que é o que propomos, são fundamentais algumas conceituações tendo como base o conceito de território que se distancia do senso comum que entende território como um espaço geográfico qualquer, geralmente marcado e defendido. Nesta abordagem, entende-se que o espaço é anterior e que

se transforma em território a partir da ação de um ator social, na definição de Raffestin (1993). O território é, então, o espaço transformado, a partir do vivido.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente {...} “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Entendido assim, o conceito distancia-se também da visão utilizada por muito tempo pela Geografia Política que associava território somente à delimitação e poder do Estado, ou seja, a idéia de território nacional. (KAROL, 2000). Assim, a partir do conceito que utilizamos, espaço e território não são a mesma coisa e território vai muito além do espaço físico e da divisão política; implica dimensões simbólicas, culturais e sociais.

Neste sentido, outro geógrafo, Haesbaert (2004), chama a atenção para a amplitude do conceito nas diversas ciências e ensina que a Geografia tende a enfatizar o aspecto material do território; a Ciência Política se atém à construção do território a partir das relações de poder, a maioria ligada ao Estado; a Economia privilegia a noção de espaço, focando-o como base da produção; a Antropologia destaca a dimensão simbólica, enquanto a Sociologia estuda a intervenção do território nas relações sociais; até a Psicologia se utiliza do conceito quando debate a construção da subjetividade ou da identidade pessoal.

Haesbaert (2004), então, resume em três as dimensões do território: a política ou jurídico-política, a partir da qual território se define como um espaço delimitado e controlado onde se exerce um determinado poder; a dimensão cultural, ou simbólico cultural, na qual o território é produto da apropriação ou valorização simbólica de um grupo; e a dimensão econômica que privilegia o aspecto espacial das relações econômicas. Esta última é recorrente quando se debate a relação capital-trabalho e o embate entre as classes sociais. Haesbaert (2004) organiza seus estudos sobre território em idealistas e materialistas e defende a necessidade de uma visão integradora de território que abarque todas as dimensões, com o que concordamos.

Já Raffestin (1993), que nos apresenta uma perspectiva relacional do conceito de território, nos levou a destacar o conceito de poder, pressuposto do território em qualquer aspecto e inerente a qualquer relação, seja ela política, econômica ou cultural. Ele ressalta que “O

campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.” (p.53). Para Raffestin (1993), que destaca o caráter político do território, ele é “(...) a cena do poder e o lugar de todas as relações (...)” (Idem, p.58).

Os conceitos de território e poder na disputa da terra nos levaram ao conceito de territorialidade, visto por Sack (1986) como “... uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área.” (p.05). Assim, o território é o resultado desta estratégia de controle que vai depender de quem ou o quê está controlando ou influenciando.

Assim, enveredamos por caminhos “nunca dante navegados” por meio de alguns dos autores cujos conceitos serviram de base para nossas inquietações acadêmicas e argumentações interdisciplinares, em especial: Raffestin (1993), Sack (1986), Haesbaert (2004), Foucault (1975), Gohn (2003, 2008), Fernandes (2000), Espíndola (1999, 2000, 2008, 2009), Bonnemaïson (2002), Borges (2004), Bourdieu (2006), Spink (1994, 2003, 2004) e Elias (2000).

1.3 O MÉTODO

A partir do princípio que pensar o método é escolher o modo como se quer enxergar determinado fenômeno, não há escolha de método em que não estejam implicadas as expectativas de quem investiga e a realidade do fenômeno como ela se traduz. Segundo Stubbs e Delamont (apud LUDKE e ANDRÉ, 1986), a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado. Como explica Minayo (1996, p. 16), “[...] a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.”

Esta pesquisa se constitui num estudo de caso, método que possibilita o aprofundamento na descrição de uma realidade delimitada, conforme explica Trivinos (1987, p. 111): “O grande valor dos estudos de caso é fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas”. Ou seja, estuda-se exatamente um caso, que pode ser similar a outros, mas ao mesmo tempo é único.

No estudo de caso, é fundamental que seja observado o contexto. É a partir da interpretação das circunstâncias que haverá uma compreensão mais completa do objeto de estudo que busca retratar a realidade de forma completa e profunda, revelando as diversas dimensões do problema. (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Por isso, a importância de estudarmos as configurações sócio-históricas de Governador Valadares. É também Minayo (1996) que ressalta que “o objeto das ciências sociais possui consciência histórica.” (p. 14). Para a busca de significados, as construções históricas constituem o contexto interpretativo fundamental (SPINK, 1994):

Ou seja, há sempre um olhar histórico que precede e acompanha o desenvolvimento de uma pesquisa centrada no conhecimento como produção de sentido. Não se trata de traçar a história de um determinado objeto social. Fica esta tarefa para os historiadores. (p. 155)

Importante ressaltar outra característica do estudo de caso: o registro dos diferentes pontos de vista a respeito da situação estudada, que mesmo conflitantes, possibilitem a quem utilizar o estudo sua própria conclusão. Por isso, nos esforçamos por oferecer visões diversas, embora tenhamos claro que não há como e nem pretendemos ser imparciais, posto que a própria escolha do tema e dos autores que legitimam nossas argumentações já demonstra nossa opção. Esta é uma marca da pesquisa em ciências sociais, como reflete ainda Minayo (1996):

Outro aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. Ninguém ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. (p. 14)

Assim, de caráter essencialmente qualitativo, a pesquisa tem como objeto a realidade social, que se constitui do “... próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.”, como define Minayo (1996, p. 15). Toda esta riqueza nos foi apresentada por meio das narrativas de 15 representantes da população estudada, composta por participantes diretos ou indiretos do processo de ocupação da Fazenda do Ministério em 1994, quais sejam: lideranças das classes ruralista e trabalhadores rurais sem terra, representantes da Polícia Militar de Minas Gerais e da Igreja, que atuavam na época do conflito, assim como apoiadores da luta pela terra e população residente na cidade em geral, na década de 90. Assim, a população desta pesquisa foi determinada por uma amostra não

probabilística intencional, cuja escolha dos elementos da amostra é feita de acordo com critérios estabelecidos pelo pesquisador e a disponibilidade de participação de cada um no presente estudo para compor a nossa amostra.

Foram, então, realizadas entrevistas com um militante e duas lideranças do MST, compreendendo militante como um integrante do Movimento que não exerce a liderança, ou seja, nenhuma função de direção. Da classe ruralista, foram entrevistados uma liderança da época, e um “fazendeiro” - expressão de uso local utilizada para designar proprietários de terra. Este último, inclusive, ; atualmente exerce militância política e é filho de um “coronel” da cidade, termo que explicaremos no segundo capítulo desta dissertação

Como apoiadores da luta pela terra, entrevistamos dois políticos locais, sendo um vereador na época da ocupação e outro um dirigente partidário em 1994, que ocupa, hoje, um cargo público. O representante da Polícia Militar entrevistado atuou diretamente na desocupação da Fazenda em 1994. Perseguíamos a diversidade; por isso, quanto à representação da Igreja, buscamos um padre que não teria tido nenhuma participação direta com o movimento social de luta pela terra, e outro que fosse participante ativo nas ocupações promovidas pela MST nos vales do Rio Doce e Mucuri. Os dois apoiadores da luta pela terra foram encontrados no órgão de classe representante dos trabalhadores rurais, instituição que apóia a luta; localizamos a presidente do Sindicato em 1994, que foi uma de nossas entrevistadas, a exemplo do que foi feito com a classe ruralista.

Também era importante ter como fonte pessoas que não tivessem nenhum envolvimento direto com a ocupação do MST, mas que fossem contemporâneas da Fazenda do Ministério antes de se tornar Assentamento; foi levada em conta, então, a idade. Desta forma, entrevistamos três representantes da população de Governador Valadares: um jornalista, um funcionário público e um morador de um bairro vizinho à Fazenda.

Todos os entrevistados foram procurados individualmente, e informados sobre a pesquisa, seus objetivos e sua participação, garantido o anonimato, embora alguns nem fizessem questão de ter sua identidade preservada. Mesmo assim, foram assinados termos de autorização e todas as entrevistas foram gravadas e depois transcritas, gravações estas que estão arquivadas por meio eletrônico. Importante ressaltar que nenhum entrevistado se negou

a falar sobre o tema proposto ou questionou qualquer aspecto do nosso trabalho. Pelo contrário, todos estiveram abertos e dispostos a colaborar.

As primeiras entrevistas foram feitas com as lideranças do MST que encontramos nos seus respectivos locais de trabalho, posto que, mesmo assentados, trabalham também em outra atividade. Uma visita ao Assentamento Oziel nos levou à entrevista com um integrante do MST, ou seja, um assentado que não fosse liderança e que tenha participado da ocupação desde o primeiro momento. Não foi difícil; encontramos muita disposição para falar sobre a Fazenda e a história de vida até chegar ali. Em seguida, buscamos os representantes da classe ruralista. Pelas matérias do jornal, relembramos quem era a liderança da época, presidente do órgão da classe. Marcamos o encontro no seu escritório porque, também ele, embora seja dono de terras, exerce outra atividade como profissional liberal.

Ouvidos o MST e a classe ruralista, de certa forma os atores envolvidos diretamente no processo, fomos em busca das outras fontes. A partir de uma pesquisa sobre os componentes das legislaturas da Câmara Municipal de Governador Valadares, localizamos os políticos em atuação em 1994, para entrevistarmos um deles, o que também foi feito no seu local de trabalho. O contato com a outra liderança política que ocupa hoje cargo público, foi feito em um evento político, quando marcamos a entrevista, feita em seu gabinete. Importante registrar que tanto o tamanho da cidade, como nossa atuação na imprensa e na política, facilitaram e facilitam a localização das pessoas. Valadares(informalizou um pouco aqui...) é, como se diz no senso comum, “um lugar onde todos se conhecem”, principalmente as pessoas públicas.

Alguns apoiadores do MST têm militância política. Fomos à casa de um deles que, já aposentado, nos proporcionou interessante narrativa e visão dos fatos sobre os embates entre trabalhadores rurais e fazendeiros. Exceto este, com quem a entrevista foi feita na sua casa, os outros foram contatados nos seus locais de trabalho. Faltava ainda a representação da Igreja. Uma das entrevistas foi marcada e realizada na casa paroquial; o contato com o outro religioso foi feito por e-mail, posto que ele já não mora mais em Governador Valadares. Explicamos nossa pesquisa e seus objetivos. A resposta veio rápida e numa narrativa intensa e declaradamente emocionada com o resgate dos fatos proporcionado pela nossa pesquisa.

A técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada por ser uma forma de interatividade social que pode ser aplicada em qualquer segmento da população, por meio de contato direto e descontraído entre o entrevistado e o entrevistador, como explica Trivinos (1987):

[...]a entrevista semi-estruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (p. 3)

Esta premissa coloca o interlocutor como participante ativo do processo de pesquisa, passando a ser não só um contribuinte, mas parte indispensável na construção do conhecimento. (SPINK, 2004). “... a apreensão das diferentes narrativas implica em ter familiaridade com a diversidade própria ao imaginário social sobre os objetos que são foco dos processos de significação.” (SPINK e GIMENES, 1994, p. 155). Importante lembrar que as falas dos diversos entrevistados nos apresentaram a visão atual de cada um sobre os acontecimentos de 1994, visão esta que, provavelmente, não é a mesma da época, posto que já se passaram 17 anos, o que se configura num hiato temporal.

Nossa pesquisa utilizou análise de documentos públicos: os documentos de constituição do Assentamento Oziel Alves Pereira, que descrevem em detalhes a Fazenda do Ministério e o único jornal diário de Governador Valadares, o Diário do Rio Doce (DRD), porque, como afirma Spink (2004, p. 138): “Junto com os dicionários, os grandes jornais diários são ótimas vitrines para as idas e vindas dos sentidos”. O DRD mantém exemplares disponíveis para pesquisa na sede do jornal, encadernados por ano, o que facilitou a pesquisa e a consequente compreensão dos acontecimentos, como também nos antecipa Spink (2004):

Os grandes jornais diários tendem a guardar suas edições durante anos, o que permite aos pesquisadores voltarem a eles de forma mais ordenada, buscando compreender nas entrelinhas dos movimentos políticos, econômicos e sociais as sutis, e às vezes não tão sutis, alterações nas práticas discursivas. (p. 139)

Pesquisamos as edições do DRD dos dias 24 a 31 de agosto de 1994, que noticiam a ocupação da Fazenda do Ministério pelo MST até a primeira desocupação e a formação do acampamento às margens da Br 116. Estas foram edições que acompanharam o dia a dia dos

acontecimentos; nos orientamos ainda por Spink (2004) que explica que na pesquisa das práticas discursivas o tempo não precisa ser medido em anos ou partes de um século: “... às vezes, seguir o cronômetro interno das ações (seus horizontes próprios) pode ser uma fonte de questões e reflexões.” (p. 139).

A cópia da documentação de constituição do Assentamento Oziel Alves Pereira nos foi disponibilizada por um dos assentados que, coincidentemente, ocupava em 2010, a superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Minas Gerais. A documentação oficial foi importante para legitimar as informações do senso comum, da própria imprensa e das entrevistas em relação à propriedade, uso e delimitações da Fazenda do Ministério, confirmando que:

Os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso em suas páginas. São produtos *em tempo*⁶ e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. (SPINK, 2004, p. 126)

1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta introdução, esta dissertação se compõe ainda de três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo *A questão agrária brasileira: resistência e luta versa* sobre o problema agrário no País que tem como característica principal a propriedade privada da terra e a alta concentração fundiária desde o Brasil Colônia, problema que tem como conseqüências os conflitos fundiários ao longo de toda a história. É de fundamental importância a compreensão destas questões para que o leitor entenda as motivações que levaram ao surgimento das resistências aos latifúndios objetivadas pelos chamados movimentos sociais, entre eles, o MST.

Como ator social responsável pela ocupação da Fazenda do Ministério, era preciso compreender a gênese do MST; sua trajetória; seus objetivos; sua forma de atuação como movimento social de luta pela terra; sua configuração; sua estrutura, assim como a conjuntura política, social, econômica e cultural do território em que atuava. Para alguns autores, como

⁶ Spink (2004) considera a expressão *em tempo* como uma dimensão da possibilidade da representação de idéias diferentes, de saberes e fazeres. “São dimensões que se inter cruzam num ponto que é produto e produtor social, em constante formação, *em tempo*.” (p. 126)

Oliveira (2001), Fernandes (2000), Gohn (2003) e Rosa (2009), entre outros, o MST é considerado o mais importante movimento de luta pela terra surgido no Brasil. É pertinente registrar que propositalmente não nos detivemos na discussão sobre a reforma agrária, nem sobre a violência no campo porque entendemos que a análise destas questões demandaria quase um estudo à parte, o que nos afastaria do nosso foco principal, a busca pelo significado da Fazenda do Ministério.

Apresentada e discutida a questão agrária brasileira, era preciso e apresentar ao leitor o território de Governador Valadares, que, com 230 mil habitantes, em 1994, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) era, e ainda é, um dos maiores municípios do Vale do Rio Doce e o principal da microrregião, que engloba mais 24 municípios. Denominado *A cultura e o poder no Vale do Rio Doce*, este segundo capítulo reflete sobre a importância da terra e as relações estabelecidas a partir da configuração fundiária de concentração e os conseqüentes conflitos entre trabalhadores rurais e ruralistas. Objetiva apresentar ao leitor o cenário cultural, político, econômico e social da época da ocupação, no qual se insere o território pesquisado, sem o qual não teríamos parâmetros para apreender os seus significados.

Depois de apresentar a construção sócio-histórica do movimento social e de Governador Valadares nos dois primeiros, o terceiro capítulo *Significados: o valor de um território* apresenta os sujeitos da nossa pesquisa que expressam a subjetividade individual e a subjetividade compartilhada, chamada intersubjetividade. Segundo a Psicologia Social, é por meio da subjetividade que o ser humano se reconhece igual e, ao mesmo tempo diferente na sua realidade social, como explica Spink (1993, p. 304): “A Psicologia Social procura superar esta dicotomia visualizando o indivíduo e suas produções mentais como produtos de sua socialização em um determinado segmento social.”. São das falas destes sujeitos que depreendemos os significados da Fazenda do Ministério. Importante ressaltar que para uma melhor compreensão, como recurso didático, categorizamos o significado em diversos tipos, embora saibamos que esta divisão na realidade não existe, posto que para cada ator social os significados se sobrepõem, dependendo da realidade social vivenciada.

As considerações finais apresentam uma síntese do trabalho e a nossa interpretação sobre as análises desenvolvidas ao longo da dissertação nos diálogos entre os diversos autores e os fatos apresentados; Entendemos e sentimos que as considerações são o coroamento do

trabalho do pesquisador; são o ápice por meio do qual podemos expressar nossa compreensão e responder, a nós mesmos e ao leitor, as indagações que nos levaram e nos instigaram durante todo o estudo.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: RESISTÊNCIA E LUTA

É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.

Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

(João Cabral de Melo Neto, 1955)

Embora o início da década de 60 tenha sido “... um período crucial para pensarmos questões relativas ao binômio terra e política no Brasil.” (ROSA, 2009, p.2), encontram-se registros de movimentos sociais do campo no país desde o século XVII, tendo sempre como pano de fundo a concentração de terras e, conseqüentemente, a demanda por uma distribuição mais igualitária. Ao final do século XIX, em pleno desenvolvimento do capitalismo, com o fim do trabalho escravo, o trabalho livre se estabelecia no campo, alterando a relação social: antes, o escravo era vendido; agora, o homem livre vende sua força de trabalho ao fazendeiro, ou seja, ao capitalista, conservando-se, assim, numa visão marxista, a separação entre trabalhador e os meios de produção. (MARTINS, 1986). O cenário do campo, então, passa a ser composto pelos proprietários de terra e trabalhadores livres - muitos destes últimos sitiantes, pequenos proprietários ou posseiros e outros agregados -, aqueles que moravam em terras alheias, ou seja, viviam e trabalhavam nas grandes fazendas.

Em seu processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, e se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para manter seu poder.” (FERNANDES, 2000, p 32)

Pode-se dizer que as grandes propriedades, os latifúndios, são uma característica do Brasil desde o seu descobrimento, caracterizando como precária a situação da moradia das classes populares, tanto na cidade - na luta pela obtenção de um teto para morar -, como no campo - por um local para produzir. (GOHN, 2003). Ainda no Brasil Colônia, o sistema jurídico de

distribuição de terras foi o regime de sesmarias, conforme o modelo da Metrópole, Portugal. De caráter absolutamente mercantilista, a colonização não incentivava pequenas propriedades. No ano da Independência, 1822, suspensa a concessão de sesmarias, o direito dos posseiros foi reconhecido, caso as terras estivessem efetivamente cultivadas.

Em 1850, a Lei de Terras⁷ determinava o fim das doações; as terras só poderiam ser adquiridas através da compra e não havia limites para as grandes propriedades, mantendo a terra ao poder da nobreza. Assim, “[...] a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários”. (FERNANDES, 2000, p. 29) As terras que não foram cercadas e apropriadas eram devolvidas ao governo, e eram, como são até hoje, consideradas terras devolutas. Dessa forma, longe de promover a democratização, a Lei de Terras contribuiu para a concentração fundiária.

Na década de 1930, com a Revolução, caiu a vigência da Lei de Terras. Caiu também o preço do café, principal produto de exportação do país, e as políticas de governo se voltaram para a indústria. Assim, o processo de industrialização brasileiro levou o homem do campo para a cidade provocando uma urbanização desordenada, que, mais tarde, engrossaria movimentos de trabalhadores rurais de retorno ao campo. (FERREIRA, 2000). O conceito de função social da terra foi introduzido pela Constituição de 1946 e aperfeiçoado depois, através da viabilização da desapropriação para uso social. Mas, mesmo assim, o direito de propriedade era valorizado.

A proposta das Reformas de Base⁸ nas décadas de 1950 e 1960 destacou a discussão sobre o latifúndio. A Reforma Agrária deveria servir para alterar o sistema de dominação dos grandes proprietários no campo e melhorar a distribuição da renda, fazendo crescer o mercado interno, o que beneficiaria a industrialização. No entanto, o governo militar editou o Estatuto da Terra em 1964 que abandonou a idéia de reforma agrária, privilegiando a visão de uma política de terras. (SILVA, 1997).

[...] o Estatuto da Terra veio em resposta a duas ordens de fatores: de um lado, aos movimentos sociais do campo, principalmente do nordeste e à grande mobilização

⁷ Assim conhecida a Lei 601, promulgada em 18 de setembro de 1850.

⁸ Conjunto de iniciativas propostas pelo presidente João Goulart que incluíam as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. (TOLEDO, 2004)

popular reformista dos anos 50 e 60, ambos processos estancados pelo golpe de março de 1964; e, de outro, à pressão norte-americana pela adoção de um programa de reformas para o campo. Os militares procuraram dar uma resposta à necessidade de modernização rural “dentro da lei e da ordem”, desbaratando os movimentos camponeses organizados, o que foi feito, aliás, com muito sucesso em todo o continente, nos anos 60 e 70. (SILVA, 1997, p.20)

A partir da década de 1970, a política econômica do Governo Militar provocou uma maior concentração da renda⁹ e, conseqüentemente, o agravamento da desigualdade social no País. Absorvida a ideologia da classe agrária dominante, a reforma agrária não foi implementada, mantendo-se a estrutura latifundiária do campo, o predomínio da pecuária, da concentração fundiária e do êxodo rural. Os grandes proprietários de terra, que já haviam perdido terreno político, formaram um bloco de poder que tinha larga influência sobre as políticas relativas à agricultura. (ÁVILA, 1999).

Dados de 2005 apontam que o Brasil ocupava o segundo lugar em concentração da propriedade fundiária no mundo, posição que se manteve inalterada por 56 anos, baseada em levantamentos feitos nos anos de 1940, 1960, 1970 e 1990 do século XX. (LIMA e MOREIRA, 2005). Os números de 1992 do Atlas Fundiário Brasileiro revelam que as grandes propriedades (com mais de 1000 ha) somavam 43 mil imóveis (2,4%), que detinham, juntos, 165,7 milhões de hectares, o que representa sete vezes a área do Estado de São Paulo. Destes, 75 mil imóveis, possuíam mais de 100 mil hectares, o que, juntos, somam 24 milhões de hectares, o que significa 11 vezes o Estado de Sergipe. (SILVA, 1997). Em 1998, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostravam que 2,9% das propriedades brasileiras detinham 57,9% da área agricultável do país.¹⁰

⁹ “Furtado (1968^a) ilustra seus argumentos com dados esquemáticos sobre a distribuição da renda no Brasil (citando um trabalho da CEPAL, que certamente se baseou nos resultados do Censo Demográfico de 1960), assinalando que os 1% mais ricos e os 50% mais pobres se apropriavam de parcelas idênticas da renda nacional: 18,6%. De acordo com esses dados, os 10% mais ricos ficavam com 41,3% da renda nacional.” (FURTADO *apud* HOFFMAN, 2001, p.1)

¹⁰ O índice de GINI mede o grau de distribuição da renda (ou em alguns casos os gastos com o consumo) entre os indivíduos em uma economia. Medido com referência ao desvio de uma distribuição perfeita, um índice de GINI zero implica em uma perfeita equanimidade na distribuição da renda, enquanto que um índice de 100 implica na perfeita desigualdade. ALCÂNTARA FILHO, J.L; FONTES, R.M.O; M.C.; FONTES, M.P.F. *Evidências empíricas sobre a concentração de terras, o crescimento agropecuário e o uso de tecnologias em Minas Gerais a partir da hipótese de Kuznets*. www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario.Diamantina.2008/D08A051.pdf

TABELA 2
Índice (Gini) da Concentração das Terras, Brasil

Ano	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Índice...	0,804	0,831	0,840	0,839	0,843	0,854	0,857	0,857	0,856

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (1920 e 1940) citado por Linhares e Silva (1999:170) e IBGE - (1950 a 1995) citado por Gasques e Conceição (1998).

Nota: 0-0,1 (nula); 0,101-0,25 (Fraca); 0,251-0,5 (Média); 0,501-0,7 (Forte); 0,701-0,9 (Muito Forte); 0,901-1 (Absoluta)

Assim, a história do Brasil foi, e continua sendo, marcada pela produção do território capitalista e também por lutas contra ele: a luta contra o cativo, contra a exploração, contra a expropriação; uma realidade histórica que contribui para a compreensão da formação do MST. “Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo.” (FERNANDES, 2000, p. 25). Não são poucos os exemplos: a luta dos índios e dos negros contra o cativo, por exemplo, se materializou no Quilombo dos Palmares, ainda no século XVII, onde hoje se localizam os estados de Pernambuco e Alagoas. Também no nordeste, no século XIX, Canudos¹¹ foi um movimento que ganhou repercussão nacional, assim como as Ligas Camponesas¹² em meados do século XX, que inauguraram estratégias de luta que pudessem fortalecer a categoria social dos trabalhadores rurais. (SOUZA, 2008).

2.1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A resistência e luta se expressam por meio de ações coletivas que definem os movimentos sociais, de acordo com Gohn (2008). A autora destaca três correntes principais de análise dos movimentos sociais. Uma delas a corrente marxista, que privilegia o aspecto econômico levando em conta os processos históricos globais a partir das contradições materiais e das lutas entre as classes sociais, caracterizadas neste trabalho pela extrema concentração de terra, latifúndios improdutivos e uma grande massa de excluídos, os trabalhadores. Na mesma visão, Cisne (2007), compreende que o que gera os movimentos sociais é a sociedade

¹¹ Canudos – Movimento liderado por Antônio Conselheiro, de 1874 a 1897, que lutava contra aumento abusivo de impostos e por uma sociedade mais justa. Seus opositores eram os latifundiários, a Igreja e o Estado. (FERNANDES, 2000)

¹² As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. [18]; MONTENEGRO, A. T *As ligas camponesas e os conflitos no campo*. Saeculum – Revista de História. João Pessoa, jan/ jun. 2008.

capitalista, fundamentada na relação antagônica entre capital e trabalho. A partir desta realidade a autora explica:

Compreendemos que os movimentos sociais possuem determinações concretas advindas das relações de exploração e dominação capitalistas. Relações estas que se desdobram em opressões de classe, raça/etnia, gênero, geração, entre outras.... Nestes termos, os movimentos sociais são sujeitos coletivos que surgem como sínteses das desigualdades sociais e sobre elas devem atuar numa perspectiva transformadora, o que exige a eliminação da raiz dessas desigualdades: a contradição entre capital e trabalho. (CISNE, 2007, p. 4)

Estudos dos movimentos sociais na América Latina os dividem em fases não estanques: dos meados do século XX até a década de 70; os anos 70; os anos 80 e dos anos 90 em diante. (SCHERRER-WARREN, 2005). Nos anos 70, em plena ditadura militar, “Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político predominante.” (GOHN, 2008, p. 72), o que, de certa forma acabou estimulando o surgimento de práticas coletivas reivindicatórias de bens, serviços e direitos sociopolíticos que eram negados pelo Estado; entre eles, a questão agrária se destacava. O modelo econômico de desenvolvimento para o campo priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, o que estimulou a expropriação e a expulsão e despejos de famílias do meio rural, acirrando os conflitos. “Em meados da década de 70, a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas do governo autoritário.” (FERNANDES, 2000, p. 43)

Com a distensão do regime militar, a partir da década de 1980, o movimento social passou a ser referência central como uma categoria, exemplo de cidadania coletiva, deixando de lado o enfoque tradicional de cidadania - centrada no indivíduo - e passando a gerar grupos coletivos que se formam a partir de vivências comuns de exclusão ou inclusão em uma determinada realidade social. “Os movimentos sociais, populares e não populares, rurais e urbanos, são sujeitos históricos que construíram e expressam cidadania coletiva” (GOHN, 2008, p. 26)

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Enquanto as referências sobre o surgimento das Ligas Camponesas estão no nordeste do Brasil, as dos movimentos sem terra têm sua origem no sul do País. De acordo com Rosa (2009) a expressão “sem terra”, especificamente, surgiu na década de 1960, no governo de

Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, com a fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) pelo prefeito da cidade de Encruzilhada do Sul. O objetivo da criação era a defesa de agricultores que estavam sendo expulsos da terra por um fazendeiro de grupo político opositor, que alegava ser ele o verdadeiro dono. Em que pese a mesma expressão, o Máster, segundo a pesquisa, não chegou a exercer as mesmas atividades que o MST, nem praticou nenhuma ação coletiva na luta pela terra; se concentrou apenas na defesa.

É nos documentos do IGRA¹³ que a expressão "sem-terra" vai aparecer pela primeira vez. Segundo o que se pode ler nas publicações do Instituto, a política de colonização e redistribuição de terras teria como alvo atender especificamente os "sem-terra". É importante notar que, nesse decreto, a categoria representa todos os grupos que viviam em condições consideradas precárias pelo governo. Os sem-terra são, naquele momento, alvos preferenciais de políticas públicas voltadas para as áreas rurais. (ROSA, 2009, p. 2)

Na década de 1960, os movimentos sociais eram vistos como fontes de fomento de conflitos, tensões e revoltas. “Movimentos sociais e revoluções eram termos utilizados muitas vezes como sinônimos, e sempre que se falava em movimento a categoria “trabalhador” era destacada.” (GOHN, 2008, p. 24). Com o Golpe Militar de 1964, os movimentos sociais do campo foram abafados e reprimidos, com os militantes dispersados e presos. Surgiram, então, novos atores sociais na luta por mais liberdade e justiça social, com destaque para os movimentos sociais por terra e moradia. Na década de 1970, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, foi criada na defesa do homem do campo.

Nesta época, a luta não se concentrava mais nos sindicatos e partidos políticos; houve uma ampliação e pluralização dos grupos organizados. Na economia, era tempo do “milagre brasileiro”, que tinha como uma das metas a modernização da agricultura. Os próprios projetos do governo, envolvendo o capital estrangeiro, instigavam a luta e geravam conflitos no campo. A construção de grandes rodovias, como a Transamazônica, ou usinas como Itaipu, assim como a política dos grandes reflorestamentos para o plantio do pinus, ou ainda o estímulo ao plantio da cana-de-açúcar para produção de álcool, provocaram devastação e disputas de terra. “Surgem os “bóias-frias”, os acampamentos e a expulsão do homem do campo pelos latifúndios, muitas vezes pela perda de suas pequenas propriedades”. (GOHN, 2003, p.29).

¹³ IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

Nem toda a força do governo militar foi suficiente para reprimir inteiramente os movimentos sociais do campo. Durante a década de 1970, os conflitos eram tantos que o problema da terra foi militarizado pelo governo que criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), cujas sedes serviam tanto como escritórios, como prisão para camponeses revoltosos. Com o Estatuto da Terra o governo queria tratar da distribuição, desmobilizando os camponeses e amenizando conflitos, sem fazer a reforma agrária; o objetivo era colonizar como forma de controlar a situação. Foram iniciados, então, vários projetos de colonização, principalmente na Amazônia e no centro-oeste, em parceria com empresas privadas e órgãos públicos. Mas, ao final dos anos 70, a situação chegou a tal ponto que o recurso da desapropriação de terras teve de ser utilizado amplamente pelo governo, como destaca Fernandes (2000):

A aliança militares-burguesia tratava o problema da terra e as lutas camponesas não como uma questão política, inerente ao sistema capitalista, mas sim como um elemento secundário da economia do País. Dessa forma, a insustentabilidade do modelo concentrador e a miséria em que foram colocadas as famílias camponesas produziram novos e intensos conflitos. Em meados da década de setenta, a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas do governo autoritário. (p. 43)

Assim, neste contexto, o MST começou a se constituir. Em 7 de setembro de 1979 fez sua primeira ocupação da gleba Macali, no Rio Grande do Sul, uma das ações de sem-terras que resultaram na sua formação. Mas, apenas cinco anos depois, o MST seria criado oficialmente, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, no Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados. Consideram-se estes cinco anos, entre a primeira ação em 1979 e a criação oficial em 1984, como um período de gestação, durante o qual o Movimento articulou as primeiras experiências de ocupação, além de reuniões e encontros que culminaram na sua criação oficial. (FERNANDES, 2000)

2.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

Então, de 1979 até 1984, o Movimento foi gestando seus objetivos gerais que lhe dariam o caráter político, assim esboçados: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna, acabando com o capitalismo; integrar à categoria dos sem-terra os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários; garantir a terra para

quem nela trabalha e dela precisa para viver. No primeiro Encontro ficou determinado ainda que o Movimento se solidarizaria com a luta dos índios, envolveria os sindicatos e articularia as lutas do campo com as da cidade. Ficou definido também que os latifúndios e as terras devolutas seriam prioritárias para ocupação.

Mesmo inserido na luta pela reforma agrária junto com outras organizações como partidos políticos, sindicatos e instituições religiosas, o Movimento se colocou autônomo, não se vinculando, nem se subordinando a nenhuma destas instituições, o que chegou a ser cogitado. Desta forma, ficaria sob o controle direto dos sem-terra, como ficou, inclusive no nome, cuja inclusão da expressão trabalhador rural, quis destacar um caráter de classe.

Estudiosos afirmam ser o MST “[...] a mais importante organização política do Brasil nos últimos 15 anos.” (ROSA, 2009, p. 10). O Movimento se destaca não só pela repercussão, mas pela atuação nacional e pelo “[...] seu poder de espacialização e territorialização.” (FERNANDES, 2003, p.4), termo definido pelo autor como “... o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,...” (1999, p.241), o que torna o Movimento diferente, por exemplo, das Ligas Camponesas que se concentraram em Pernambuco e estados vizinhos. Em 2001, o MST estava presente em 23 dos 26 Estados, com estimativas de 350 mil famílias assentadas e 70 mil famílias em acampamentos, o que representa cerca de 1,5 milhão de pessoas. (COMPARATO, 2001)

Notadamente organizado, o MST se utiliza de instrumentos de divulgação como o site www.mst.org.br que utilizaremos aqui como fonte de informação já que estão reproduzidos nele documentos oficiais que orientam a formação, ações e principais objetivos do Movimento, que são: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Os dois primeiros objetivos movem o MST no sentido específico de conquistar terra para quem não tem, promovendo uma melhor distribuição, levando em conta que a concentração de terras no Brasil é considerada uma das mais altas do mundo. (SILVA, 1997). Neste aspecto, o MST se assemelha a outros movimentos e lutas do campesinato brasileiro, com ações práticas de ocupação de terras, tendo como principais opositores o Estado e o latifúndio, como explica Aliaga (2008, p.7): “Pode-se dizer que inicialmente o MST visava objetivos de natureza econômico-corporativa.”. Mas o terceiro objetivo, a luta por uma sociedade mais justa e fraterna, diferencia o Movimento na abrangência da sua atuação e luta política que se dirige à transformação social, ressaltando seu caráter político.

2.2.1.1 O caráter político do Movimento

Com grande foco na formação de seus membros, o Movimento incorpora à luta pela terra o elemento político com foco no desenvolvimento do campo e até na sobrevivência do próprio movimento. “Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro”. (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 35).

Este objetivo que extrapola a luta específica pela aquisição de terra, levanta interpretações diversas quanto à própria caracterização do MST. Embora o próprio Movimento negue, há autores que defendem que ele já seria um partido político, justamente porque reivindica mais do que apenas a terra, ou seja, vai além dos objetivos de natureza econômico-corporativa. “Ao realizar essa passagem éticopolítica, portanto, o MST, toma a “forma” de um partido.” (ALIAGA, 2008, p.7). A autora se ancora numa visão “gramsciana”¹⁴ de que muitas organizações, embora não se denominem, funcionam como um partido político já que cumprem os critérios de organizar, dirigir e educar, conforme defende Gramsci (2002):

[..].um ‘movimento’ ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinadas capacidades. [...] Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado. (Pág. 84 -5)

Embora discorde e não se auto-denomine um partido político, o MST aceita que os princípios organizativos adotados, o aproximam de organização social e política. “No fundo queremos ser mais do que um movimento de massas. Queremos ser uma organização social.” (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 44). Em que pese esta afirmação, foram também as próprias palavras de João Pedro Stédile em declarações e entrevistas de 1990 a 2005, que levaram Soto e Muszinski (2007) a concluir que a evolução do MST o levou a adquirir características de partido político, principalmente em função da evolução das reivindicações que extrapolaram as questões agrárias, buscando transformações sociais mais profundas.

¹⁴ Adjetivo que se refere ao filósofo e político italiano (23/1/1891-27/4/1937) Antônio Gramsci, teórico marxista fundador do Partido Comunista Italiano.

Embora não seja nosso objetivo aprofundar esta discussão porque seria uma digressão desta pesquisa, é bom que se registre que a referida busca por transformação social nem sempre é vista como tão transformadora assim. Alguns pesquisadores, como Bertero (2006), por exemplo, acusam o MST de promover a continuidade do capitalismo, quando defende a propriedade, mesmo que pequena. O autor considera que lutar pela democratização da terra, contra o latifúndio, não chega a ser uma defesa do socialismo, pregado pelo MST, a partir da idéia de que a terra é um bem comum; mas sim, a continuidade do capitalismo em outras bases, ou seja, uma concepção pequeno burguesa, como destaca o autor. Para Bertero (2006) o MST exalta o socialismo, cuja teoria, a rigor, defende a eliminação da propriedade privada e, ao mesmo tempo sua manutenção. Segundo o autor:

Com efeito o MST nada tem de revolucionário. O socialismo revolucionário deve abolir a propriedade privada e o modo de produção capitalista, coisa que ele não apregoa. Ao invés de aboli-los, nas suas reivindicações, ele os ratifica. Não apenas isso. Uma vez assentado na terra, o trabalhador deixa de ser proletário e passa a ser pequeno burguês. (BERTERO, 2006, p. 166)

2.2.1.2 Os princípios organizativos

As pesquisas e documentos do MST apontam sete princípios organizativos: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta de massas e vinculação com a base. Estes princípios explicam, em parte, as práticas políticas diferenciadas do MST e lhe dão a força de uma organização política, como mostram Fernandes e Stédile (1999):

[...]esses princípios não tem natureza partidária. Tem natureza de organização social. Talvez aí, sim, coubesse uma polêmica: até que ponto o MST deixou de ser apenas um movimento social de massas para ser também uma organização social e política. No fundo queremos ser mais do que um movimento de massas. Queremos ser uma organização social que dê sustentação e que alcance nosso objetivo futuro. Se essa organização social é simplesmente interpretada como sinônimo de partido político, aí ocorre um reducionismo. (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 44)

O fato de ter uma direção coletiva explica porque o MST tem lideranças, mas nunca um presidente, nem secretário, nem tesoureiro. Ou seja, não tem cargos e todas as decisões são colegiadas. O Movimento acredita que os cargos criam uma estrutura vulnerável à repressão e cooptação. Inclusive, uma das afirmações de Stédile em Fernandes e Stédile (1999) é que “Movimento camponês com um presidente só tem dois caminhos: ou ele vai ser assassinado

ou vai ser um traidor”(p. 39). Assim, também as tarefas são divididas, respeitadas e estimuladas as aptidões de cada um, o que desburocratiza e descentraliza a administração.

A disciplina, como respeito às instâncias e decisões, é outro princípio, sem o qual “[...] não é possível construir uma organização” (FERNANDES, 2000, p. 86). O estudo e a formação de quadros são importantes, principalmente, para o futuro do movimento.

Não basta dizer que a luta é justa, é preciso aprender a lutar e fazer a luta. Da mesma forma, não basta conquistar a terra, é preciso construir tecnologias apropriadas para promover o desenvolvimento. Na histórica luta pela terra, os camponeses foram aprendendo que reivindicar não é o suficiente, é preciso fazer. Assim, não bastava reclamar a falta de escola, foi preciso fazer a escola. (FERNANDES, 2000, p.86).

E esta concepção, de que o aprendizado acontece pela prática e pela reflexão, leva a outro princípio organizativo: as lideranças e dirigentes do MST devem estar sempre em contato com quem gera o Movimento, ou seja, a sua base social. Isto significa participação de todos, mesmo depois de reunidos em acampamentos ou assentamentos. Mesmo aquele que adquire a terra continua integrando e promovendo a luta, para que ela avance. É uma das garantias do caráter político do Movimento. Deixa-se de lutar apenas pelo pedaço de chão para si, para continuar na defesa da reforma agrária e da transformação social. “A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. [...] Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento.” (FERNANDES, 2000, p.85).

A máxima de que na sociedade as conquistas só acontecem e a correlação de forças só se altera por meio da participação popular é a base do último princípio; ele é determinante da promoção da luta de massas, o que o Movimento considera uma volta às origens dos movimentos dos trabalhadores. “Dessa forma resgatou a noção de luta pela reforma agrária por meio de ocupações massivas de enfrentamento.” (FERNANDES, 2000, p. 87). Mas nem todos consideram um retorno às origens. A luta de massas para Comparato (2001), por exemplo, “Trata-se de uma forma diferente de reivindicação social, ou, se preferirmos, de uma nova forma de atuação política.” (p.1).

2.2.1.3 A porta de entrada

A porta de entrada do MST é o trabalho de base, um instrumento de luta popular, que prevê um conjunto de atividades, como reuniões e formação de pequenos grupos, para troca de experiências e democratização das informações. O setor denominado Frente de Massa é responsável pelas primeiras atividades e faz a “travessia” das pessoas de fora para dentro, promovendo a construção da consciência e da identidade com a luta e com o Movimento. É o momento que os participantes se “transformam” em sem-terra.

Desse modo, tornar-se sem-terra é mais que tentar superar a condição de ser sem-terra, é possuir o sentido de pertença e a identidade com os princípios desse movimento camponês. Assim, participando das ocupações, as pessoas tornam-se integrantes e na espacialização da luta, muitas em diversos graus de vinculação, passam atuar nas diferentes atividades da forma de organização praticadas no acampamento, como por exemplo: educação, formação, comunicação, frente de massa, etc. Nessa forma, em movimento, são criadas as condições de participação para a organização do Movimento. (FERNANDES, 2000, p.174).

Com a convicção e a prática da luta de massas, o MST foi se constituindo um movimento aberto no sentido de acolher e valorizar todos aqueles que se identificam com a luta pela terra e pela reforma agrária. A diversificação é uma marca, o que significa que não é necessário ser um sem-terra para ser um integrante. Tem lugar e trabalho para todos: do camponês ao intelectual, do campo ou da cidade; basta estar disposto a lutar. A diversificação também é interna. Diferente de outros movimentos, no MST não são só os homens que participam; também as crianças, jovens, idosos e as mulheres. Para o Movimento, a conquista da terra é uma luta essencialmente da família. (FERNANDES, 2000).

2.2.1.4 A estrutura organizacional

A estrutura organizacional leva em conta os princípios e acompanha a forma de decisões conjuntas e as instâncias de representação. Mas nada é estático. Sempre em movimento, as formas podem se transformar ou até deixar de existir. Um coletivo pode se transformar em setor, como o setor num sistema. Os coletivos e os setores podem existir em diferentes escalas: local, regional, estadual e nacional. (FERNANDES, 2000).

Os quadros abaixo ilustram a estrutura organizativa do Movimento (FERNANDES, 2000, p. 246):

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO	
Congresso Nacional	a cada 5 anos define as linhas conjunturais e estratégicas; confraterniza internamente e com a sociedade
Encontro Nacional	a cada 2 anos avalia, formula e aprova linhas políticas e planos de trabalho dos setores
Coordenação Nacional	composta por 2 membros de cada estado eleitos no Encontro Nacional; 1 do Sistema Cooperativista de cada Estado, e 2 dos setores de atividades; é responsável por cumprir as deliberações do Congresso e do Encontro nacionais
Direção Nacional	composta por número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional
Encontro Estadual –	a cada ano avalia a linha política, as atividades e as ações; elegem os membros das Coordenações Estadual e Nacional
Coordenação Estadual	composta por membros eleitos nos Encontros Estaduais; responsável pela execução das linhas políticas, setores e atividades
Direção Estadual	composta por número variável de membros indicados pela Coordenação Estadual; responsável pelo acompanhamento e representação nos estados
Coordenação regional	composta por membros eleitos nos encontros dos assentados; organizam as atividades das instâncias e setores
Coordenação de assentamentos e Coordenação de acampamentos	compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados; responsáveis pela organicidade e atividades dos setores

DIVISÃO ORGANIZACIONAL
Secretaria Nacional
Secretarias estaduais
Setor de frente de massa
Setor de formação
Setor de educação
Sistema cooperativista dos assentados
Setor de comunicação
Setor de finanças
Setor de projetos
Setor de direitos humanos
Setor de relações internacionais
Setor de saúde
Coletivo de mulheres
Coletivo de cultura
Articulação dos pesquisadores
Mística

Fonte: A Formação do MST no Brasil (2000)

2.2.1.5 A influência da igreja

A Igreja Católica é parte importante na luta pela terra no Brasil, inclusive no Vale do Rio Doce, como teremos oportunidade de ver nos próximos capítulos desta dissertação. Não se registra a formação e ação do MST sem citar sua influência. Desde o Concílio Vaticano II, em 1964, as linhas de atuação da Igreja estavam sendo redefinidas, o que se intensificou a partir de 1968, e mais ainda com o documento de Puebla, em 1979, quando a Igreja se volta para maior atuação junto aos pobres com uma expressão litúrgica autenticamente popular. Era tempo da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se transformaram em espaços de reflexão. Com o apoio da Igreja, em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que acabou sendo uma grande articuladora das lutas no campo ao criar espaços de socialização política, em plena ditadura militar. A visão ruralista da Igreja tinha como foco os pequenos produtores, encontrando assim espaço de mobilização para ações e pastorais. Foi o que aconteceu.

A pedagogia da Igreja teve grande sucesso no meio popular porque, a princípio, soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura, em síntese. A cruz e a visão de um processo que se constituía numa “caminhada” foram os símbolos mais significativos da liturgia, que fez da educação de base uma arte da prática profética. (GOHN, 2003, p.143).

A participação da Igreja Católica na defesa dos sem-terra aconteceu em praticamente todos os estados onde o MST se formava. Muitas eram as atividades realizadas em conjunto. Em setembro de 1986, por exemplo, a CPT reuniu 20 mil pessoas na Primeira Romaria da Terra de Santa Catarina, onde em 1913, camponeses e exército se enfrentaram, durante a Guerra do Contestado, e passado e o presente da luta pela terra foram celebrados. “Comemorar é trazer à memória, recordar, lembrar, de modo que a comemoração das datas de conquistas dos assentamentos significa também a construção da memória da luta.” (FERNANDES, 2000, p. 160).

Este é apenas um exemplo da importância da Igreja, entre muitos outros episódios. “A CPT foi a articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo.”. (FERNANDES, 2000, p. 49). A influência era tanta que chegou-se a cogitar que a própria

CPT conduziria a luta sem a necessidade da formação de um movimento específico. Como nem sempre as relações eram totalmente amistosas, havia discordâncias. Sem o consenso, o MST garantiu sua autonomia e o apoio que não foi só da Igreja Católica, mas também de igrejas Evangélicas.

2.2.1.6 A mística e os símbolos

Na formação do MST, os sem-terra foram construindo uma cultura popular que traduz o sentido da luta nas formas de canções, poesias, documentos e teatro. Nos intervalos dos trabalhos de grupo e à noite, os participantes apresentavam suas músicas, suas prosas, em que relatavam suas histórias. (FERNANDES, 2000, p. 91).

O dicionário define mística como conjunto de práticas conducentes ao êxtase; atitude coletiva afetivamente assente na devoção a uma ideia, uma causa, uma personalidade, um clube, etc.; adesão entusiástica aos grandes valores, a princípios ideais. Estas definições ajudam a elucidar o que é a mística no MST e para o MST, “[...] um ato cultural, em que os sem-terra trabalham com diversas formas de linguagem pra representarem suas lutas e esperanças.” (FERNANDES, 2000, p. 189); a mística é espaço e tempo para confraternização e construção de conhecimento e consciência da luta.

Surgida pela influência da Igreja, foi se transformando ao longo do tempo. “[...] fomos nos dando conta de que se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida” (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 130). Assim, o Movimento incorporou a mística como uma prática social que estimula as pessoas a se sentirem bem ao participar da luta. Tem um caráter histórico, de esperança e celebração permanente, não se restringindo aos grandes Congressos ou Encontros do MST; acontece em todos os eventos, como uma manifestação coletiva de sentimento.

Queremos que este sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa. Também não é uma distração metafísica ou idealista, em que todos iremos juntos para o paraíso. Se for assim, então vamos chorar, como se faz em muitas seitas religiosas. (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 130).

Tão importantes quanto à mística para as manifestações coletivas do MST são os símbolos: marca, bandeira, hino, palavras de ordem, músicas. “O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível” (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 132). No início do movimento, eram utilizadas, por exemplo, várias bandeiras, constituídas espontaneamente, uma em cada lugar, com dizeres diversos e, na falta deles, apenas a bandeira vermelha. À medida que o Movimento foi crescendo, percebeu-se a necessidade de uma identidade própria.

Em 1986, foi aberta a discussão para que fossem apresentadas propostas e, no 4º Encontro Nacional, em 1987, foi escolhida a bandeira do Movimento, utilizada nos acampamento, assentamentos e em todas as mobilizações. Ela tem as seguintes representações: cor vermelha: representa o sangue que corre nas veias e a disposição de lutar; cor branca: representa a paz pela qual se luta e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio conquistado; cor preta: representa o luto e a homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; trabalhador e trabalhadora: representam a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras; facão: representa as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.



Figura x - sllslsl
Fonte: site oficial do MST

Depois de dois anos de aprovada a bandeira, surgiu o Hino do Movimento, também escolhido no Encontro Nacional de 1989, entre muitos concorrentes. A letra foi trazida pelo MST da Bahia e depois musicada, em forma de marcha, pelo maestro Willy de Oliveira, da Orquestra da USP, que também fez a gravação com o coral da Universidade.

2.2.1.7 A conjuntura e as palavras de ordem

Somadas aos outros símbolos, as palavras de ordem - chamadas assim expressões que transmitem uma ideia – são marcantes, até porque, como acompanham o contexto e a conjuntura política, podem “contar a história” do Movimento que, embora tenha especificidades conforme cada região, vive a conjuntura política e econômica nacional que influencia diretamente as diretrizes gerais e, conseqüentemente, as palavras de ordem criadas e/ou surgidas nos diferentes momentos. Ainda não oficial, de 1979 a 1983, a palavra de ordem usada era: “*Terra para quem nela trabalha*”. No I Encontro Nacional, em 1984, foi instituída: “*Terra não se ganha, terra se conquista*”. A partir daí, as palavras de ordem começaram a ser determinadas nos Congressos Nacionais, realizados de cinco em cinco anos.

Então, no 1º Congresso Nacional do MST, em 1985, o lema foi: “*Sem reforma agrária não há democracia*”; foi definida ainda uma bandeira de luta “*Ocupação é a única solução*”, ficando, assim, duas palavras de ordem. Naquele momento, havia sido restabelecida a democracia no País, com a eleição indireta do Presidente Tancredo Neves. A palavra de ordem refletia a ideia dos sem-terra que o fim da ditadura não significava o fim das lutas sociais. “[...] ao contrário, os trabalhadores do campo e da cidade estavam conquistando seus direitos e espaços políticos para ampliar suas lutas.” (FERNANDES, 2000, p. 90). Neste Congresso foram estabelecidas as bases do Movimento que refletiam a certeza de que a reforma agrária dependia da participação dos trabalhadores, mesmo com um governo democrático, que não reprimia tanto os movimentos. “[...] pelo conhecimento histórico e pela prática vivida, os sem-terra não se iludiram”. (FERNANDES, 2000, p. 90)

Em 1990, no 2º Congresso, foi criada a palavra de ordem: “*Ocupar, resistir e produzir*.” O Presidente Fernando Collor de Melo (PNM) tinha acabado de assumir e, de acordo com os registros do MST, foi o pior período para a luta, em função da repressão imposta pelo governo. Para se ter uma ideia da regressão da luta pela terra nesta época, houve a diminuição do número de assentamentos implantados e de famílias assentadas, entre 1990 e 1994, conforme mostra o quadro a seguir.

Tabela 03 : Brasil. Reforma agrária 1985-2006

GOVERNO	ASSENTAMENTOS	%	FAMÍLIAS	%	HECTARES	%
Samuel (1985-1989)	800	11	22.598	16	8.248.899	17
Collor/Itamar (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
Lula (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
Total	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

Figura x -
Fonte: DATALUTA (2008).

A repressão do Governo Collor incluía ações da Polícia Federal como, por exemplo, escutas telefônicas e invasão de secretarias do MST. “O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça.” (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 69). Com dificuldades de enfrentamento e materiais, o Movimento se voltou “mais para dentro” no sentido de organizar a produção, o que se refletiu na palavra de ordem.

É, existia o sentimento que era preciso resistir. Por outro lado, a direita se sentiu vitoriosa, porque alterou a correlação de forças. E passou a pressionar nos estados, por meio dos governadores, das PMs, da articulação dos fazendeiros etc. Foi uma loucura. Foram três anos comendo o pão que o diabo amassou. A entrada do governo Itamar Franco foi um alívio muito grande. Do ponto de vista das conquistas, reabriu um período semelhante ao da Nova República, embora mais atraso. (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p. 70).

O MST foi recebido várias vezes pelo presidente Itamar Franco para negociar questões ligadas à terra. O maior interlocutor na época foi o Ministro do Trabalho, Walter Barello, que colocou o Movimento como negociador político da questão agrária. “A luta pela reforma agrária não pode mais ser ignorada.” (FERNANDES, 2000, p. 71). Já durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), sucessor de Itamar Franco, em 1995, o 3º Congresso Nacional do MST definiu a palavra de ordem: “*Reforma agrária, uma luta de todos*”, em função, segundo o Movimento, do Governo desmerecer a necessidade da reforma agrária, não produzir política para agricultura familiar e estimular o mercado de terras. Ainda no Governo FHC que, em dois mandatos foi até 2002, o 4º Congresso Nacional, em 2000,

gerou o lema “*Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. O 5º Congresso aconteceu em junho de 2007, no Governo Lula e foi marcado pelo lema *Reforma agrária: por justiça social e soberania popular!* Um dos compromissos reafirmados foi “Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.”

2.2.1.8 A estratégia da ocupação

“Não há dúvida de que a estratégia da ocupação de terras tornou-se a prática típica das ações dos movimentos sociais em luta pela terra.” (OLIVEIRA, 2001, p. 7). Para o Movimento, a ocupação é uma forma de luta, de pressão sobre os governos para o acesso à terra, em função da não realização da reforma agrária. Os sem-terra ocupam terras improdutivas, públicas ou particulares e, a partir daí, negociam a concessão do título e o conseqüente assentamento definitivo na terra. (GOHN, 2003).

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo de luta popular que tanto cria como recria o campesinato, ou seja, tanto produz, como reproduz o trabalho familiar na terra. Cria ou recria porque nem todos que ocupam trabalham ou trabalharam no campo. (FERNANDES, 2000). A questão da ocupação gera controvérsia entre estudiosos do tema. Se para Fernandes (2000) a produção capitalista leva à expropriação e a exploração e a luta pela terra é uma luta constante contra o capital e o assalariamento, para Martins *apud* Fernandes (2001) há contradição porque “[...] por meio da ocupação os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital se subordinando a ele, porque ao conquistarem a terra se reinserem na produção capitalista das relações não capitalistas de produção”. (p.2)

As ocupações podem ser de dois tipos: a ocupação de uma área determinada ou uma ocupação massiva. Na primeira, o tamanho da área é critério para definir o número de famílias que serão mobilizadas para participar da ocupação; elas reivindicam aquela área ocupada, como foi o caso da ocupação da Fazenda do Ministério em Governador Valadares, que será discutida no próximo capítulo deste estudo. No segundo tipo, o critério é assentar todas as famílias mobilizadas, ocupando quantas áreas forem necessárias. A ocupação de uma área determinada pode se transformar numa ocupação massiva.

O MST faz questão do uso da expressão ocupação e não invasão, esta última muito utilizada pela mídia. Para a defesa, o Movimento se vale da explicação dos juristas Fábio Comparato, Luiz Edson Facchin e Régis de Oliveira que ressaltam as profundas diferenças entre os termos: “Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa simplesmente preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social.” (MORISSAWA, 2001, p.132). Por princípio, o Movimento ocupa terras improdutivas ou devolutas, que, no caso, são consideradas terras que não cumprem sua função social, assim como terras “griladas”, muito comuns no Vale do Rio Doce, o que veremos no próximo capítulo.

3 TERRA, CULTURA POLÍTICA E PODER NO VALE DO RIO DOCE

Algumas expressões populares denotam os rumos da política na região: "política é porrete", ou "pancada quebra osso, mas não quebra opinião". Por mais que os partidos alterassem seus nomes nacionalmente, no Médio Rio Doce continuavam mantendo nomes estranhos como "corta goela", "catetu" ou "capivara". A ação policial ensinava que "pau só não conserta garrafa" e que "em boca fechada não entram moscas". (BATISTA, 2006, p.03)

No Vale do Rio Doce a importância da terra como bem econômico remonta ao século XIX. Como um atrativo para estimular o povoamento da região, D. Pedro permitiu que a concessão de sesmarias continuasse válida "... a todos os que, até 1836, se dirigissem para a região do rio Doce e ali se dispusessem a cultivar a terra e a comercializar seus produtos." (BORGES, 2004, p. 306).

A partir da década de 1930, o povoamento foi acelerado com a chegada dos meios de transporte, comunicação e a alta do café. Assim, o povoado de Figueira – distrito de Peçanha - se preparava para, em 1938, se transformar no município de Governador Valadares, cumprindo a missão de fornecer bens de consumo para a população das cidades que crescia, durante o processo de industrialização brasileiro. (ESPINDOLA, 2008). Para o aumento da produção agrícola, com a chegada das rodovias, grandes levas de camponeses ocupavam novas áreas. Muitos não eram proprietários da terra; trabalhavam para os donos, mesmo que parcialmente, o que propiciava a diminuição dos custos da produção. (ÁVILA, 1999).

Primitivamente, o Vale do Rio Doce era coberto pela Mata Atlântica. As terras tinham boa fertilidade, madeiras de excelente qualidade e riquezas minerais, condições que determinaram um crescimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais como os minerais do solo e o desmatamento da floresta tropical, constituído em ciclos: da madeira, da cana-de-açúcar, da mica, da pecuária.

O advento das rodovias - a estrada de ferro Vitória Minas, na década de 30 e a Rio Bahia na década de 40 – que cortam Governador Valadares, provocou um crescimento populacional que chegou a 400%, entre 1940 e 1950. Em 1940, dois anos depois da emancipação política, a

população de Governador Valadares era de 5.734 habitantes. Foi quando se iniciou o grande boom da economia local que lhe valeu o apelido de “Princesa do Vale”. Em 1950 a população chegou a 20.357 habitantes e dez anos depois já eram 70.494 habitantes “constituindo-se um fenômeno de nucleação demográfica pouco comum”. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 25).

Embora a agricultura itinerante tenha sido fator de influência na ocupação do território, a população tinha pouco interesse pela atividade agrícola. O deslocamento era constante em busca de terras férteis e as propriedades iam sendo abandonadas e transformadas em pastos. O capim colonião acabou sendo a base para a atividade pecuária extensiva que se alastrou em grandes propriedades.

Na Região do Rio Doce, onde o capim “colonião” se espalhava como “praga”, na linguagem da época, a pecuária tornou-se uma atividade dominante nos anos 50, impondo uma supremacia incontestável. Desenvolveram-se fazendas especializadas nas “invernadas”, ou seja, engorda do gado para os mercados de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 9)

A atividade pecuária em alta e a excelente qualidade das terras motivaram o governo federal a instalar na década de 1940, a poucos quilômetros da cidade, uma fazenda destinada a ser modelo de produção rural, ligada ao Ministério da Agricultura. Inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas, ficou conhecida como a Fazenda do Ministério, objeto deste estudo que, durante anos, foi centro de pesquisa e disseminação de técnicas científicas entre a zona rural da região. “Com o passar do tempo, a má gestão política a destruiu e seu pasto e os poucos equipamentos que sobraram estavam sendo ilegalmente utilizados apenas por fazendeiros da região.” (RABELO, 2005, p. 6)

Enquanto crescia a pecuária, a madeira ia escasseando e a atividade madeireira decaindo em Governador Valadares. A década de 1960 ficou marcada, “... pelo início do processo de involução demográfica e econômica, ou seja, perda contínua de população e atividades produtivas, encerrando-se o ciclo de expansão.” (ESPÍNDOLA, 1998, p.160). Surge, então, a migração como saída; a população começa a buscar novas fronteiras agrícolas e outros centros em crescimento. Ao contrário de outras regiões do estado de Minas Gerais - que na década de 1970 atingiu altos níveis de crescimento econômico, chegando a 18% por ano -, o Vale do Rio

Doce, nesta época, apresentou índices negativos e chegou a ser considerado nos documentos oficiais como “região problema”. (ESPÍNDOLA, 1998).

A atividade pecuária também sofreu as conseqüências. Sem modernização, contando apenas com o modelo extensivo, ou seja, com a exploração da capacidade do solo que se esgotava, entrou num processo de regressão. Entre 1975 e 1985, a diminuição do rebanho foi de 18%, de acordo com o Censo Agropecuário de 1985. Ainda na década de 80, dois frigoríficos foram fechados na região.

A conseqüência foi a queda da quantidade de cabeças de gado que um hectare suportava, reduzindo-se de uma média de duas cabeças/hectares/ano, nos anos cinquenta, para uma média, no início dos anos 80, de 0,8 cabeças/hectare/ano para o capim colônia. (ESPÍNDOLA, 1998, p. 161)

Espíndola (1999) explica ainda que a desaceleração da economia nacional e a nova conjuntura internacional atingiram drasticamente a economia mineira nos anos 80. Mas, apesar do estágio de estagnação econômica do país, Governador Valadares foi a única cidade da sua zona de influência direta que continuou a manter um crescimento demográfico, porém a um ritmo menor que o crescimento vegetativo. Soares (1995) aponta que o PIB *per capita*, a renda média e os índices demográficos da região do Rio Doce a situam como a segunda mais pobre do estado de Minas Gerais. A decadência do entorno teve conseqüências sobre Governador Valadares, reduzindo sua função de pólo e produzindo-se a tendência à estagnação, que tende a persistir, desde a década de setenta. Valadares, então, passou a exportar mão-de-obra, principalmente para os Estados Unidos, mas também para Portugal. Sem indústrias, investiu no comércio e prestação de serviços que sustentam a economia local desde então.

Em 1993, calcula-se que cerca de 27 mil valadarenses haviam emigrado para o exterior, grande parte deles na faixa entre 16 e 35 anos. Os dólares enviados pelos emigrantes passaram a movimentar a indústria da construção civil, o comércio e propiciaram a abertura de muitos negócios. Esses recursos foram fundamentais para a economia nos anos 80 e princípio dos anos 90. (ESPÍNDOLA, 1999, p 37)

3.1 - PODER E TERRITÓRIO

Embora neste trabalho nosso foco seja a questão da terra, tendo como objeto a Fazenda do Ministério, que carrega uma forte conotação material, o território não é tratado apenas nesta

perspectiva materialista. Utilizamos a definição de território, defendida por vários autores, como um híbrido entre o mundo material e ideal, entre natureza e sociedade, nas suas variadas dimensões, política, econômica e cultural. Haesbaert (2004) ressalta que a mais difundida é a dimensão política, ou jurídico-política, que se refere às relações espaço poder, institucionalizadas ou não, a partir da qual “... o território é visto como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce um determinado poder.” (p. 40).

De acordo com Raffestin (1993), as delimitações territoriais têm uma relação direta com o poder já que o território é exatamente o lugar onde o poder é exercido pelo homem nas suas relações por meio de energia e informação, ou seja, concreta ou abstratamente. Outros autores também indicam a estreita ligação entre território e poder, que pode se dar de inúmeras formas, assim como os campos do poder também são inúmeros; assim explica Haesbaert (2004):

[...]o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (p. 79)

Raffestin (1993) ensina ainda que, além da população e do recurso, o território é um dos três trunfos do poder, lógica que se aplica à realidade do Vale do Rio Doce, onde ter terra é ter poder. Diferente de outros locais do Estado de Minas Gerais, como o sul de Minas e o Triângulo Mineiro, que apresentam estágio mais avançado do desenvolvimento integrado agricultura indústria (ÁVILA, 1999), a estrutura fundiária do Vale do Rio Doce apresenta uma concentração média de 80% das terras nas mãos de apenas 16% da população, em estabelecimentos de mais de 100 ha, cujas terras são constituídas em sua maior parte por pastagens extensivas, predatórias e antiprodutivas. Assim, o avanço da atividade pecuária e a extensão das propriedades que se constituíam em latifúndios no vale do Rio Doce, “... estabeleceu uma lógica territorial marcada pela apropriação do espaço pelo grande proprietário, pela tutela das camadas sociais subalternas e pela constituição de formas de mandonismo local.” (ESPÍNDOLA, 2008, p 181).

Uma das formas deste mandonismo e demonstração de poder, característica da construção social do Vale do Rio Doce, era a grilagem de terras que tinha como desdobramento a incorporação de terras dos camponeses aos latifúndios, um processo que se dava, em geral,

mediante a compra da terra do posseiro que, coagido, vendia sua posse por muito menos que o valor de mercado. (BORGES, 2004).

O processo de ocupação dessa fronteira foi tão rápido que no alvorecer dos anos sessenta, praticamente inexistiam terras devolutas na região. Os posseiros, na sua maioria, haviam sido incorporados aos latifúndios como retireiros, meeiros, parceiros e/ou assalariados. Uma pequena parcela resistira ao processo de concentração da propriedade privada.[...] Essas não contavam com o apoio de nenhuma política agrícola.(BORGES, 1988, p. 210)

Borges (2004) ilustra bem a situação por meio da entrevista do presidente da Associação Rural na década de 1960:

As terras desta região foram sendo abertas, os pequenos proprietários foram vendendo suas terras, indo para a cidade ou ficando nas roças como meeiros, parceiros e até vaqueiros. Isto acontece em toda região de pecuária... é um fator natural... *onde entra o boi sai o homem ... é um fator natural*. O boi precisa de espaço e o sujeito precisa adquirir mais terras para poder aumentar o rebanho. (*grifo nosso*) (p. 09)

Observamos, então, que no processo de ocupação do Vale do Rio Doce, o trunfo maior era o território; a população - o elemento dinâmico da relação – chegava a ser um entrave, ou seja, anulava-se a população para se ter a terra, como aconteceu com os índios botocudos, primeiros habitantes, que acabaram dizimados, posto que “... o índio foi considerado inimigo a ser subjugado ou exterminado pela força das armas.” (ESPÍNDOLA, 2009, p. 79); assim como também mais tarde, os posseiros foram expulsos para dar lugar ao gado e “... o agricultor perdeu a luta para o boi.” (NARDELY, 2000, p. 40), luta esta que, mesmo anos depois, fez parte dos objetivos do MST, reivindicando terra para plantar.

Par se ter uma idéia de como se davam as relações de poder no Vale do Rio Doce Borges (2004) ainda relata:

As imagens de cemitérios cravados no meio das matas, de famílias inteiras sendo assassinadas, de tenentes e coronéis de polícia transformando-se em grandes proprietários rurais da noite para o dia e de Juízes de Paz que jamais eram localizados pelos reclamantes, era uma demonstração do casamento entre latifúndio e siderurgia, modelo que ainda hoje vigora na região. As resistências que porventura ocorriam eram tratadas como caso de polícia. (BORGES, 2004, p 309)

Observamos que, no caso descrito, latifundiários, empresas, poder executivo e judiciário - se uniam com o mesmo objetivo, o que reflete a coesão do grupo dominante como um fator

preponderante para a afirmação de superioridade. “... um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder.” (ELIAS, 2000, p 22). Desta forma, o grupo dominante garante posições de poder mais elevadas e, conseqüentemente, mais poder, reforçando a coesão e excluindo os membros dos outros grupos, “... o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos outsiders¹⁵.” (ELIAS, 2000, p. 22), figuração esta que se identifica com a estrutura social do Vale do Rio Doce e que fez parte da construção social do seu território. Numa abordagem marxista, este contexto se traduz numa sociedade dividida em classes que coloca o Estado como um aparelho aliado às classes dominantes para submeter a classe proletária. (ALTHUSSER, 1985).

O contexto inclui o aspecto de propriedade dos meios de produção pelo grupo considerado dominante, no qual a disputa pela terra faz parte da luta de classes. Falar em classe social é obrigatoriamente falar em desigualdade de estruturas de poder; o mesmo poder que gera a desigualdade, gera o conflito, a busca pela igualdade, que pode significar a inclusão e/ou outras posições sociais, como explica Santos (2002):

A estratificação de classe envolve a distribuição desigual dos poderes e direitos sobre os recursos produtivos básicos de uma sociedade, o que gera conseqüências significativas e sistemáticas para a vida dos indivíduos e a dinâmica das instituições. (p.29).

3.1.1 A cultura política dos “coronéis”

Uma das manifestações deste mandonismo na cultura política no Vale do Rio Doce, alude a um fenômeno: o coronelismo¹⁶, forma peculiar de manifestação do poder privado, que faz parte da cultura política da sociedade brasileira, principalmente no interior do País. Entende-se aqui cultura no seu sentido mais amplo e abrangente, como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, práticas estas que não podem ser compreendidas sem as relações de poder que nelas estão contidas. Assim,

¹⁵ Termos em inglês utilizados para designar respectivamente grupos que ocupam posições de poder e grupos que estão excluídos do primeiro.

¹⁶ O termo “coronel” vem da extinta guarda nacional, uma espécie de milícia cidadã, que lutou na guerra do Paraguai. Os fazendeiros adquiriam a patente legalmente, podendo formar milícias em casos de conflito. A guerra acabou, mas a figura do “coronel” ficou sustentada pela estrutura agrária. (LEAL, 1976)

[...]a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida que expressam, produzem e comunicam significados. (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 17)

Chefe do lugar, com forte poder político, o “coronel” substituía o poder público na sua ausência, ou, quando existia, era ligado a ele, com o qual mantinha um “compromisso, uma troca de proveitos” (LEAL, 1976, p. 40), principalmente eleitoral. O “coronel”, quase sempre um grande fazendeiro, tinha os “votos de cabresto”, na sua zona de influência, em função do poder econômico. Também exercia funções policiais, com ou sem caráter oficial, muitas vezes se valendo de capangas ou jagunços. (LEAL, 1976).

É o que conta Silva (2006) sobre a prática no Vale do Rio Doce:

Firmava-se, como regra, a violência do crime de mando, aplicado, então, nos conflitos de terra. Comumente, os jagunços estavam em postos importantes da polícia ou eram colaboradores dela... O coronelismo, legitimado por Artur Bernardes, se enraizou neste berço político sem eleição. Em toda a região, alguns coronéis e capitães mantiveram, e até hoje têm, seu filão de controle político e econômico. Em Governador Valadares, por exemplo, o capitão Pedro e o coronel Altino Machado se tornaram figuras quase lendárias. (p. 8)

No Brasil, a mistura entre o público e o privado, ou seja, a apropriação de um pelo outro, na qual as relações políticas são percebidas como extensões das relações privadas, como no coronelismo, são práticas comuns da cultura política do País; uma herança das elites latino-americanas do século XIX, que procuravam manter um poder político excludente “... na medida em que se baseava e coexistia com uma concepção oligárquica de política, transferida das práticas sociais e políticas do latifúndio.” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 17). Para os autores, as políticas sociais dos movimentos sociais tentam, exatamente, desafiar e transformar as culturas políticas dominantes, como o fez o MST ao ocupar a Fazenda do Ministério, lutando pela terra e tentando afirmar sua territorialidade, definida por Sack (1986, p. 6) como “Uma estratégia geográfica poderosa para controlar as pessoas e as coisas, pelo controle da área.”

Os territórios políticos e a propriedade privada da terra são as manifestações mais comuns das territorialidades que “se cruzam, se completam, se sobrepõem ou entram em conflito.” (MARANDOLA Jr., 2007, p. 1), na disputa pelo controle. A construção social do território depende, então, de quem está no controle e com qual objetivo, podendo o território ser utilizado para restringir, ou seja, para excluir pessoas. A exclusão e a expropriação do homem

do campo, decorrentes de uma sociedade capitalista com alta concentração fundiária tem como consequência o aumento da resistência, formando o cenário no qual os movimentos de luta pela terra se constituíram, entre eles o MST que, com as ocupações de terra, intervêm no processo político e econômico de expropriação.

3.2 EMBATES DE TERRITORIALIDADES: A LUTA NO CAMPO

As décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram marcadas pela força dos movimentos sociais. Antes do golpe de 1964, o clima no país se caracterizava por uma mobilização político-ideológica capitaneada pelo governo democrático e popular do presidente João Goulart, que propunha as Reformas de Base, entre elas a reforma agrária, o que fez vir à tona a discussão sobre o latifúndio. A reforma serviria para alterar o sistema de dominação dos grandes proprietários no campo e melhorar a distribuição da renda, fazendo crescer o mercado interno, o que beneficiaria a industrialização. (SILVA, 1997). Toda a movimentação significava, para uns, uma revolução socialista e, para outros, tempos de anarquia. (BORGES, 2004). O resultado foi o surgimento de organizações de luta pela terra, por direitos dos trabalhadores e pela reforma agrária.

Em Minas Gerais, nos vales dos rios Mucuri e Doce, os posseiros formaram vários movimentos camponeses e resistiram à expropriação. Na região de Governador Valadares, desde o início da década de 40, os posseiros enfrentaram fazendeiros interessados naquelas terras, por causa da construção da rodovia Rio Bahia. Para formar as fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para formação de pastos, e só poderiam plantar para subsistência. Desse modo, com a formação das fazendas, os posseiros foram sendo expulsos da terra e se organizaram, o que fez aumentar a violência dos fazendeiros contra eles. (FERNADES, 2000, p.36)

Em Governador Valadares, a luta era representada de um lado, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, liderado por um sapateiro, líder e presidente do Sindicato, Francisco Rodrigues da Paixão, o Chicão; do outro, pelos proprietários de terras, com a Associação Rural de Governador Valadares, instituição representativa da classe, constituindo, assim, duas territorialidades distintas, que logo tornariam o clima tenso na cidade onde circulavam “... lavradores nas ruas pedindo terra para plantar, posseiros despejados por grileiros e seus capangas...” (RABELO, 2005, p.5)

Enquanto isso, alheio às questões sociais, o poder político, cuidava da pavimentação de ruas, construção de praças, pontes, nova rodoviária; temas ligados à administração do município, numa visão do território apenas como base geográfica de um poder público sobre o qual se exerce a soberania. É o que registram as atas da Câmara Municipal (BORGES, 2004). Outros temas comuns diziam respeito aos interesses dos grandes proprietários rurais, como construção de passagem para bois e vacinação do gado, além de contratação de veterinários. “Os políticos locais, principalmente os do PSD e UDN¹⁷, tampouco se descuidavam da representação dos interesses ligados diretamente aos grandes proprietários rurais.” (BORGES, 2004, p. 311). Pelos registros do Legislativo Municipal e pelas atas das reuniões da Associação Rural, Governador Valadares parecia viver dias de tranquilidade e ordem social. (BORGES, 2004). Inclusive, poucos eram os fazendeiros assíduos às reuniões da Associação.

3.2.1 As territorialidades na mídia impressa valadarense

Se nos registros do Legislativo, a cidade aparentava dias de tranquilidade, nos registros de parte da imprensa local não era bem assim. Durante a década de 1950, surgiram dois jornais impressos em Governador Valadares que representavam estas territorialidades antagônicas: o *Diário do Rio Doce (DRD)*, ligado à elite local e o Saci, do jornalista Carlos Olavo, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), vindo da capital mineira. Mesmo com a militância do seu dono, pesquisas¹⁸ dão conta de que o Saci - que logo depois se chamaria *O Combate* - não tinha uma linha editorial comunista, embora fosse taxado como tal. (RABELO, 2005). O jornal tinha como bandeira principal a defesa da reforma agrária, o que bastava para incomodar o poder do setor latifundiário.

O jornal publicou histórias de grilagem de terra, tráfico de influência, crimes de tocaia por causa de conflitos agrários, muitos comuns na época. *O Combate* publicava nomes e, algumas vezes, fotos dos mandantes. Embora fosse um veículo comercial, que inclusive publicava matérias pagas de interesse da UDN e do PSD, e da elite econômica, sua essência era revolucionária e mantinha uma linha editorial que atendia também aos interesses das minorias. (RABELO, 2005, p 7).

Embora não tivesse nenhuma ligação com o meio rural, o jornalista Carlos Olavo acabou se tornando articulador da luta pela terra junto com o líder Chicão, em função do posicionamento do jornal. Para combater as duras críticas do *O Combate*, o grupo ligado à Associação

¹⁷ Partido Social Democrático e União Democrática Nacional eram partidos políticos rivais criados na década de 1940.

¹⁸ *Vida e morte de O Combate* - pesquisa do jornalista Ernane Rabelo apresentada no 5º encontro da Rede Alcar

Comercial da cidade, resolveu criar o Diário do Rio Doce (DRD) que, desde 30 de março de 1958, se transformou no “diário oficial” da cidade, circulando ininterruptamente até hoje. (NARDELY, 2000). “No período de embate político-ideológico, que antecedeu o Golpe Militar de 1964, foi importante tribuna conservadora. Parceiro permanente da Associação Comercial, o DRD foi um veículo de idéias e formador de opinião.” (ESPINDOLA, 1999, p 54), como é até hoje. Na década de 1970 mudou de mãos, mas sempre foi líder de mercado, de acordo com dados de pesquisa¹⁹; é o preferido por 58% do público leitor.

Desde a sua criação, outros jornais foram montados, quase sempre por grupos políticos adversários do grupo proprietário do DRD, mas nenhum deles sobreviveu. Assim foi com o Diário Valadarense, que circulou de 1986 a 1988, e com o diário “Bom Dia Leste”, de propriedade do prefeito Paulo Fernando, que circulou o tempo de seu mandato, de 1993 a 1996; houve ainda o Diário do Leste entre 1998 e 1999. (NARDELY, 2000). Mesmo com um concorrente em 1994, o DRD ainda era o jornal preferido dos valadarenses e o único que sobreviveu em circulação até os dias de hoje, na mesma linha editorial ligada à elite econômica local, como poderemos observar por meio da cobertura da ocupação da Fazenda do Ministério.

3.3 O ESTOPIM DA LUTA

A efervescência política do país, que levaria ao golpe de 64, acirrou ainda mais o embate de territorialidades na cidade. Nada de tranquilidade. “Governador Valadares talvez tenha sido a única cidade do país onde o Golpe Militar provocou mortes e muita violência, com reflexos na sua história política”. (NARDELY, 2000, p. 35). A revista *O Cruzeiro*, em sua edição de 14 de março de 1964, dava como manchete que o Vale do Rio Doce era “... um vulcão prestes a explodir.”, e noticiava que Chicão comandava mais de dois mil sindicalizados prometendo terra, trabalho e comida. A elite se manifestou indo às ruas.

Munidas de panelas e terços ou empunhando faixas com dizeres moralizantes, esposas e filhas dos proprietários fundiários, muitas delas acompanhadas de suas empregadas domésticas, davam um colorido especial às Marchas com Deus pela Pátria e a Família. Simultaneamente, na periferia da cidade, uma centena de membros dos setores subalternos do campo fazia vigília na sapatária do Chicão, então transformada em sede do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura. Dentro e fora dela o assunto era um só: reforma agrária, na lei ou na marra. (BORGES, 2004, p.305)

¹⁹ Pesquisa realizada pelo Instituto Doxa, de Belo Horizonte, em março de 2000.

O estopim dos acontecimentos seguintes foi o anúncio pelo presidente João Goulart da desapropriação da Fazenda do Ministério para fins da reforma agrária, atendendo à reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores que denunciava que fazendeiros a utilizavam indevidamente, extraindo madeira e usando como pastagem. A Fazenda acabou sendo o objeto que deflagrou a violenta reação na cidade às vésperas do golpe militar.

[...] espero que dentro de menos de sessenta dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação. E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhes dará um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e sua família irão trabalhar para si próprios, porque até aqui eles trabalharam para o dono da terra, a quem entregam, como aluguel, metade de sua produção. (Trecho do último discurso do Presidente João Goulart, na Central do Brasil, em 13 de março de 1964)



Figura xx: Jornal do dia seguinte ao comício com manchete sobre desapropriação de terras

O decreto de desapropriação da Fazenda acirrou ainda mais a luta e, em 30 de março de 1964, o clima era tenso na cidade. Os carros de som convocavam para a entrega dos títulos de terra aos camponeses. Segundo Borges (2004), herdeiros de uma tradição autoritária e excludente, os fazendeiros consideravam absurdo que representantes do poder público fossem a Governador Valadares para dialogar com os trabalhadores rurais e, principalmente com seu líder, Chicão que acusavam de nem ser trabalhador rural. Pior ainda, comandava um “sindicato cheio de gente das favelas da cidade”. (BORGES, 2004, p. 317). É ainda Borges (2004) que explica:

Para os posseiros, assalariados agrícolas e demais ex-camponeses... esse decreto simbolizava, a possibilidade de concretização da utopia camponesa. Para os proprietários fundiários, toda aquela movimentação representava o fim do modo latifundista de viver e, conseqüentemente, o término de um pacto secular entre Estado e latifúndio. (p.321)

Diante da situação, os ruralistas resolveram agir por conta própria. Apoiados pelo delegado de polícia da cidade, tenente-coronel Paulo Reis e supervisionados pelos “coronéis” Pedro Ferreira e Altino Machado, conseguiram armas e partiram para a sede do Sindicato dos Trabalhadores, no bairro Santa Terezinha. Houve tiros e mortes. Depois disso, a ditadura militar deu conta de sufocar os movimentos camponeses e por fim às pressões pela Reforma Agrária. De acordo com Silva (1997, p. 20): “[...] só foi permitida a existência de pequenas organizações congregando produtores rurais, quase sem representatividade. Naturalmente, os grandes beneficiários dessa repressão foram os latifundiários.” A Fazenda do Ministério permaneceu no mesmo status como propriedade do Governo Federal, sendo depois incorporada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

3.4 E A HISTÓRIA DA FAZENDA DO MINISTÉRIO CONTINUA...

... TRINTA ANOS DEPOIS

Fazenda do Ministério é invadida. Mais de 300 famílias estão em área da Epamig onde nem a Polícia Militar entra. (Manchete do Diário do Rio Doce (DRD) em 24 de agosto de 1994.)



Figura xx: Manchete de 1ª página do Diário do Rio Doce destaca ocupação da Fazenda do Ministério e na mesma página Manifesto de Repúdio da Cooperativa de ruralistas

Em plena década de 1990 o Brasil respirava ares democráticos, após a eleição direta para Presidente da República de 1989. Em 1994, o país era governado pelo presidente Itamar Franco (PMDB) que havia assumido em 1992, após o impeachment do presidente Fernando Collor (PRN), cuja política econômica foi marcada pela abertura econômica e o neoliberalismo como parte de um projeto de Estado mínimo que, aos poucos, promovia um encolhimento do papel de garantir direitos sociais.

No prenúncio dos anos de 1990, a nova proposta de desenvolvimento econômico, alicerçado na abertura econômica, entre outros aspectos, e a política de estabilização, a partir de julho de 1994, propiciaram o alinhamento da economia brasileira a um novo contexto do desenvolvimento capitalista mundial em que palavras como globalização e neoliberalismo tornaram-se representativas do somatório de transformações e representações hegemônicas do período. (ANJOS E FARAH Jr., 2002, p. 43)

O estado de Minas Gerais, em 1994, o vivia o último ano do governo de Hélio Garcia (PMDB), sucedido por Eduardo Azeredo (PSDB), políticos que, para DULCI (2000) “... procuraram estabelecer com Brasília relações cooperativas, sem atritos, situando-se mais como clientes da administração federal do que como protagonistas da política nacional.” (p. 648). Os dois imprimiram um viés mais administrativo que político ao governo mineiro, diferentes do antecessor Tancredo Neves e do sucessor Itamar Franco.

Governador Valadares, em 1994, tinha como prefeito Paulo Fernando (PRN), do mesmo partido do ex-presidente Fernando Collor. Sua eleição em 1992 “...rompeu o ciclo de vitórias do PMDB.” (NARDELLY, 2002, p.35), que havia governado a cidade por mais de 20 anos.²⁰ Era considerado um político populista “... que baseava suas estratégias na prática clientelista de doação de bens aos eleitores - como latas de óleo e cestas básicas”. (NARDELLY, 2002, p.35). Antes de completar um ano de mandato, Paulo Fernando rompeu com o grupo que o elegeu, em meio a escândalos e denúncias de atentado, num governo de turbulências e administração considerada caótica, marcada por fatos como não pagamento de salário ao funcionalismo público e falta de serviço de limpeza urbana no município. A entidade de classe que reunia os proprietários de terra se denominava Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares, comumente chamado de Sindicato Rural, como permanece até hoje; era o correspondente à Associação Rural de 1964, já citada anteriormente.

A Fazenda do Ministério, nosso objeto de estudo, em 1994, era formalmente vinculada à Embrapa, mas cedida em comodato para a Epamig, conforme indicam os documentos da desapropriação. A área era destinada a pesquisas em produção de grãos e genética de animais, conforme os registros pesquisados. No entanto, de acordo com lideranças do MST, apenas 5% da terra era destinada a estes fins, enquanto os outros 95% eram cedidos a fazendeiros para criação de gado. Vale observar que a denúncia de que as terras da Fazenda serviam aos grandes proprietários de terras, se assemelha à denúncia feita em 1964, pelo Sindicato dos Trabalhadores, o que pode sugerir que, trinta anos depois, a situação não havia mudado muito.

²⁰ Após o período da ditadura militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) sempre teve o candidato mais votado, embora em algumas eleições a soma da legenda tenha favorecido à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que legitimava os governos militares. Mesmo assim, o MDB, depois PMDB, foi o partido que mais tempo governou a cidade. A partir de 1976, o MDB ficou à frente do poder municipal até 1992, quando se elegeu Paulo Fernando, do Partido da Renovação Nacional (PRN). Para Nardely (2000), desde 1970, “... a elite econômica foi aos poucos perdendo o poder político, e hoje não tem mais que dez mil votos na cidade” (p. 35)

A nova Constituição Federal de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, promoveu a inclusão de direitos fundamentais que legitimaram uma nova movimentação da sociedade civil, fruto da consolidação da democracia. Era possível mais que sonhar ou agir clandestinamente. Alguns autores denominam a época de a “Era da participação”, se referindo ao novo posicionamento da sociedade civil que se distanciava da posição de subordinação ao Estado, marca da cultura política nacional. Surgiram novos movimentos sociais, muitos deles fundamentados na Teologia da Libertação.

O processo de redemocratização do país, iniciado no final dos anos 70, possibilitará que um país urbanizado, fragmentado socialmente, possa traduzir seus anseios publicamente. A agenda estatal é inflacionada, num momento em que o país ingressa numa profunda crise fiscal. (RICCI, 2001, p. 20)

Vivia-se, então, uma nova fase do protagonismo da sociedade civil, quando registrou-se perda da visibilidade política dos movimentos sociais urbanos e crescimento dos movimentos de sem-terra no campo, especialmente o MST. (GOHN, 2008). Ainda para Ricci, (2001) os movimentos sociais nos anos 90 “...têm como base de articulação o território e não mais a carência específica. (p.9)”, sendo sua maioria do meio rural mais afetado pela falta de mecanismos de regulação pública.

Os contrários aos movimentos de luta pela terra também se articularam e se tornaram atores sociais do cenário político dos anos 90. A classe de grandes proprietários de terra, já organizada com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), se fez representar no Congresso Nacional na chamada bancada ruralista.

O MST começou sua atuação em Minas Gerais na segunda metade da década de 1980 nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, no nordeste do Estado. Neste contexto, longe de ser uma ação isolada, a ocupação da Fazenda do Ministério pelo MST em 1994, foi uma consequência ocorrida quase 10 anos depois do início da organização do Movimento em Minas. Começava novamente uma batalha pela posse da Fazenda do Ministério, desta vez mais longa, inserida num contexto mais democrático, no qual se destacava a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra. Em que pese ter sido a primeira ocupação de Governador Valadares, não há registros de estudos acadêmicos recentes que abordem o episódio, suas motivações ou consequências, o que nos impulsionou a estudá-lo.

O episódio de ocupação da Fazenda gerou embates entre os grupos estabelecidos na sociedade de Governador Valadares, e os “out siders”, como nos define Elias (2000). De um lado, a territorialidade dos latifundiários; do outro, a dos sem terra, atores reunidos pelo MST, que utilizou a ocupação e posteriormente o acampamento às margens da estrada como estratégia para obtenção da propriedade da Fazenda, fazendo valer sua territorialidade por meio do controle da área. Para Sigaud (2005), as ocupações de terra com montagens de acampamentos têm uma forte conotação simbólica. São formas do Movimento afirmar e legitimar a pretensão à desapropriação; de dizer ao proprietário que quer a terra; de avisar aos outros movimentos que aquela ocupação tem dono.

A barraca legitima a pretensão a pegar a terra; é a prova material do interesse a ser contemplado no momento da redistribuição das terras. O estar debaixo da lona preta é representado como um sofrimento que torna aqueles que a isso se submetem, mercedores da recompensa: a terra. (SIGAUD, 2005, p. 268)

As 250 famílias que se instalaram às margens da rodovia “debaixo da lona preta”²¹ eram apenas um dos grupos de atores envolvidos diretamente na relação de disputa pela Fazenda do Ministério em 1994. Também o Estado, proprietário das terras, e a sociedade de Governador Valadares, cada um a expressar suas territorialidades, considerando aqui a Fazenda como um território no conceito de Santos (2001): “... a base material sobre o qual a sociedade produz sua própria história.” (p 21). Desta forma, o território passa também a ser parte integrante das relações sociais, políticas e econômicas e não só um suporte material para que elas aconteçam.

À luz do conceito de Raffestin (1993, p. 152) de que “delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder sobre uma área precisa.”, a ocupação da Fazenda do Ministério, pode ser considerada como ordenamento e produção do território porque pressupõe as noções de limite e poder que, juntas, determinam a noção de delimitação. Do ponto de vista da territorialidade definida por Sack (1986), a ocupação confirma que as relações dos homens com o espaço não são neutras; pelo contrário, na produção do território, há sempre uma intencionalidade, que demonstra que “A territorialidade é sempre socialmente construída. Ela precisa de um ato do desejo e envolve múltiplos níveis de razão e significados.” (SACK, 1986, p. 32), significados estes que pretendemos desvendar nesta pesquisa.

²¹ Expressão que caracteriza a forma de acampamento normalmente formado por barracas de lona preta.

3.4.1 Novos níveis de razão e significados

Como em 1964, também 30 anos depois, a classe ruralista de Governador Valadares se sentiu ameaçada no seu poder de dominação e se manifestava na imprensa local. Já no dia seguinte à entrada dos sem terra na Fazenda, matéria jornalística do DRD, de 25 de agosto de 1994, aparecia sob o título: “Invasores erguem barracas na Epamig”. A reportagem registra as informações básicas sobre a situação, como número de ocupantes, como estavam sendo erguidas as barracas, a presença da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e as providências tomadas pelas autoridades. A Epamig foi ouvida pela reportagem do jornal, assim como as lideranças do Movimento, cumprindo regra jornalística básica de dar voz aos dois lados. Mesmo assim, o título ressalta a invasão e não ocupação, o que remete à criminalização da ação do Movimento, como explica Cogo (2004):

As mídias deixam, portanto, de se constituir em meros dispositivos transportadores de sentidos acrescidos às mensagens ou, ainda, em simples espaços de interação entre produtores e receptores, para se converterem, de forma crescente, em um *ethos*, naquilo que a pesquisadora argentina Maria Cristina Matta define como “marca, modelo, matriz, racionalidades produtora e organizadora de sentido.” (COGO, 2004, p.03)

Além das informações jornalísticas, o jornal trouxe ainda matérias pagas²² nas quais entidades e instituições ligadas aos ruralistas se manifestavam a respeito da ocupação da Fazenda. Todas eram notas de repúdio assinadas por entidades representativas ou apoiadoras da classe ruralista como a Cooperativa Agropecuária do Vale do Rio Doce, Sindicato Rural, União Ruralista e até por um fazendeiro que se manifestou como pessoa física. Estes representantes também foram ouvidos nas matérias jornalísticas, ou seja, pelos profissionais da imprensa. Interessante registrar que a reação foi imediata, já que, no mesmo dia que a ocupação era noticiada, 24 de agosto, as notas também já apareciam no jornal, como vemos a seguir:

²² Matéria publicada mediante compra de espaço em veículo da mídia.

Empresários da construção civil ouvem palestra na AC

Ter feita ontem, no auditório da Associação Comercial, uma palestra proferida pelo diretor executivo do Serviço Administrativo Social da Construção Civil (Seconci), Sênior Costa. Ele veio alocutar aos empresários e trabalhadores do setor da construção civil na véspera da criação de uma autarquia do Seconci na cidade.

Cada vez a criação do presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindconci), Excmo. Sr. Augusto, que pretende submeter a aprovação dos empresários filiados aos sindicatos para o próximo ano.

Comitê do prefeito já está sendo investigado pela Polícia Federal

O comitê do prefeito Fernando Soares de Oliveira (PROCEL), formado para tratar candidatos de outras eleições, está sendo adiversamente investigado pela Polícia Federal.

O delegado Aguiar disse que o comitê foi formado em 1994, com identificação de membros em um momento de irregularidades no processo eleitoral.

O artigo 209 do Código Eleitoral prevê que o comitê eleitoral deve ser constituído por um grupo de cidadãos, formado por um representante de cada partido político, e por um representante de cada partido político, e por um representante de cada partido político.

NOTA DE REPÚDIO

A UNIÃO RURALISTA RIO DOCE manifesta o seu repúdio contra a ação dos invasores da Fazenda Experimental da EPAMIG, cujo ato entende ser um desrespeito ao patrimônio alheio.

É dever das autoridades constituídas tomarem medidas que venham reprimir tais abusos, em defesa do patrimônio da EPAMIG.

Esperamos que o Governo venha a cumprir com as suas obrigações em defesa dos interesses do cidadão.

A Diretoria.

REFUTAÇÃO CONTRA ATITUDE DO PREFEITO

O Produtor Rural Silas Dias Costa preocupado e insatisfeito com o pronunciamento do Prefeito Paulo Fernando, procurou a Cooperativa Agro-Pecuária Vale do Rio Doce e o Sindicato Rural no sentido de reafirmar a atitude do Prefeito de Gov. Valadares com relação à desapropriação da propriedade Rural da EPAMIG, por considerá-la inoportuna. O referido pronunciamento se não concitou pelo menor desrespeito ou chamados "sem terra" para serviços prestados à pesquisa, promoção de desenvolvimento no setor rural não pode de uma hora para outra ser objeto de ação irresponsável como a do momento.

Necessário se faz ação conjunta junto às autoridades competentes que inspeça tal atitude agressiva a uma entidade que tantos benefícios presta ao produtor rural.

Gov. Valadares, 23 de Agosto de 1994

Silas Dias Costa

O Sindicato Rural de Governador Valadares, representante dos produtores rurais de Governador Valadares, Alpercata, Mathias Lobato, Frei Inocêncio, Marilac, Campanário, São Geraldo da Piedade e São José de Safira, externa seu mais veemente protesto contra invasão ocorrida na Fazenda do Ministério, por desordeiros e irresponsáveis, atitude indigna sobretudo para os líderes do movimento, cuja consequência é desastrosa e aterrorizante para toda a comunidade rural.

A Democracia, anseio da sociedade moderna, não acolhe uma conduta desta natureza, colocando em risco o direito de propriedade histórico e desejado por todos e em particular pelos fazendeiros.

Diante de um fato de enorme gravidade, o Sindicato convive com a grande esperança da ativa e enérgica participação das autoridades constituídas objetivando a garantia do Sagrado direito de posse e domínio de todos os imóveis rurais desta região e em particular da Fazenda do Ministério.

Aos líderes e insufladores desta invasão o repúdio, os pêsames e a adversidade de todos que diuturnamente produzem carne, leite e hortifrutigranjeiros para a população urbana.

João Augusto Miranda
Presidente

COMPENSADO EXTRA - R\$ 8,90

VIROLA - 4 mm

LIGUE AGORA: 221-2343

FUNSEC

FUNSEC

Convite Especial Senhores Empresários!

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e a Associação Comercial de Governador Valadares, têm a honra de convidar para a realização de uma palestra sobre "MERCADO CULTURAL" em 20/08 às 19:30h, no auditório da Associação Comercial, reservado para Sr. Manoel Aguiar, presidente do Sindicato Rural de Governador Valadares, com o tema "O Mercado Cultural da Região".

Participação gratuita com sua inscrição prévia e qualificação para o curso. O curso será realizado em uma sala de aula equipada com grandes benefícios técnicos, áudio e vídeo.

Associação Comercial de Governador Valadares
Presidente Manoel Aguiar
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Presidente João César Pinheiro de Amorim

Conselho de Administração, representando todo o quadro de associados da Cooperativa Agro Pecuária Vale do Rio Doce Ltda., cumpre o dever de vir a público para manifestar o seu repúdio contra a ação de invasores da

Fazenda Experimental da Epamig, por considerar tratar-se de desrespeito ao patrimônio alheio. Conclamamos as autoridades competentes para a adoção de ações e medidas rigorosas e austeras, em defesa do patrimônio (Epamig), na esperança de que o Governo cumpra com as suas obrigações no amparo dos legítimos interesses do direito da propriedade. (Manifesto de repúdio assinado pelo presidente da Cooperativa Agro Pecuária Vale do Rio Doce publicado no DRD em 24 de agosto de 1994, na 1ª página).

A União Ruralista Rio Doce manifesta o seu repúdio contra a ação dos invasores da Fazenda Experimental da Epamig, cujo ato entende ser um desrespeito ao patrimônio alheio. É dever das autoridades constituídas tomarem medidas que venham reprimir tais abusos, em defesa do patrimônio da Epamig. Esperamos que o Governo venha a cumprir com suas obrigações em defesa dos interesses do cidadão. (Nota de repúdio publicada no DRD em 24 de agosto de 1994, na página 3 A).

O Sindicato Rural de Governador Valadares, representante dos produtores rurais de Governador Valadares, Alpercata, Mathias Lobato, Frei Inocêncio, Marilac, Campanário, São Geraldo da Piedade e São José de Safira, externa seu mais veemente protesto contra invasão ocorrida na Fazenda do Ministério, por desordeiros e irresponsáveis, atitude indigna sobretudo para os líderes do movimento, cuja consequência é desastrosa e aterrorizante para toda a comunidade rural. A democracia, anseio da sociedade moderna, não acolhe uma conduta desta natureza, colocando em risco o direito de propriedade histórico e desejado por todos e em particular pelos fazendeiros. Diante de um fato de enorme gravidade, o Sindicato convive com a grande esperança da ativa e enérgica participação das autoridades constituídas objetivando a garantia do Sagrado direito de posse e domínio de todos os imóveis rurais desta região e em particular da Fazenda do Ministério. Aos líderes e insufladores desta invasão o repúdio, os pêsames e a adversidade de todos que diuturnamente produzem carne, leite e hortifrutigranjeiros para a população urbana.

Figura x – lslslslsl
Fonte:

Apenas uma das notas pagas se manifestava a favor da ocupação, assinada pelo próprio MST, com apoio de oito sindicatos de trabalhadores de várias categorias, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Operária, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Sem Casa.

Diário de Minas - POLÍTICA/ECONOMIA - 25/08/94 - FOLHA 3-A

Invasores erguem barracas na Epamig
Produtores rurais consideram que declaração do prefeito ajudou a incitar a invasão da fazenda

Movimento organizado
 A declaração do prefeito de Governador Valadares, Paulo Fernando, de que a Fazenda do Ministério não é de propriedade do município, mas sim de uma empresa privada, foi considerada por produtores rurais do Movimento dos Sem Terra como uma declaração que ajudou a incitar a invasão da fazenda.

Advogado desmente prefeito
 O advogado Paulo Cesar, que representa o Movimento dos Sem Terra, desmentiu a declaração do prefeito de Governador Valadares, Paulo Fernando, de que a Fazenda do Ministério não é de propriedade do município, mas sim de uma empresa privada.

Estado vai à Justiça
 O Estado de Minas Gerais vai à Justiça para exigir a devolução da Fazenda do Ministério, que foi ocupada por produtores rurais do Movimento dos Sem Terra.

Maneira errada
 O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Paulo Fernando, afirmou que a maneira errada de ocupação da Fazenda do Ministério pelos produtores rurais do Movimento dos Sem Terra é uma afronta à legislação brasileira.

CONVITE
 Convidamos todos associados e empresários participarem de uma palestra sobre tributos com o Dr. Aried Selme - Secretário da Fazenda Municipal.
 "Participe e traga sua ideia"
 Data: 25/08/94 - Hora: 20:00 Hs - Local: A.C.G.V.
 Associação Comercial de G.V.
 Fone: 3401-3401

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO
Famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra Ocupam Fazenda do Ministério
 Os Movimentos Sindical e Popular de Governador Valadares e Região, têm o público manifestar solidariedade aos Trabalhadores Rurais Sem Terra acampados na Fazenda do Ministério, em busca de terra para plantar e produzir. Devido à inexistência de uma ampla Reforma Agrária no Brasil, os Trabalhadores Rurais têm três opções: serem escravos de fazendeiros ou empresas de reflorestamento, irem para as cidades incharem ainda mais as favelas ou partirem em busca de terra ociosa para plantarem e viverem dignamente.

DEPUTADO ESTADUAL
RUI MOREIRA
 45.123
 PSDB
 VOTO DE CONFIANÇA
 VOTO NO MELHOR
 FERNANDO HENRIQUE - PRESIDENTE

Figura xx: Carta Aberta à População assinada pelos sindicatos e pelo Movimento dos Sem Terra publicada no DRD em 25 de agosto de 1994, na página 3 A.

Os movimentos Sindical e Popular de Governador Valadares e região vêm a público manifestar solidariedade aos Trabalhadores Rurais Sem Terra acampados na Fazenda do Ministério, em busca de terra para plantar e produzir. Devido a inexistência de uma ampla Reforma Agrária no Brasil, os **Trabalhadores Rurais** têm três opções: serem escravos de fazendeiros ou empresas de reflorestamento, irem para as cidades incharem ainda mais as favelas ou partirem em busca de terra ociosa para plantarem e viverem dignamente. Esta última alternativa foi escolhida pelos Trabalhadores que ocuparam a Fazenda do Ministério, um latifúndio improdutivo, como bem lembrou o Prefeito de Governador Valadares Paulo Fernando, que sempre esteve à disposição dos grandes latifundiários da região. Diante de tal atitude, setores organizados da sociedade que se dizem “produtores”, vêm a público, em flagrante desrespeito aos Trabalhadores, tentar colocar como baderneiro e invasor um movimento que luta por uma ampla Reforma Agrária, que as elites dominantes deste país nunca quiseram nem querem fazer. Por isto, conclamamos toda a população a apoiar esta luta neste momento difícil, em que toda a elite da região, principalmente os latifundiários, tentam destruir o sonho destes **Trabalhadores Sem Terra**. SINDICATOS: dos Bancários; Eletricitários; Servidores Públicos Municipais e Estaduais; Metalúrgicos; Comerciais; telefônicos; Trabalhadores em Alimentação; da Saúde; da Educação; Rurais; CUT; União Operária; Fetaemg; Comissão Pastoral da Terra; Mov. dos Sem Casa.

O embate não se dava apenas na imprensa, mas também no Judiciário. No dia 26 de agosto, a manchete do DRD era: “Liminar exige saída dos sem-terra”. O juiz da 5ª vara Cível de Governador Valadares concedeu a liminar de reintegração de posse à Epamig. Diante da medida, o jornal noticiou que os líderes do MST se reuniram com o comando da Polícia Militar e firmaram acordo de deixarem a Fazenda pacificamente até às 17h do dia seguinte, 27 de agosto. Advogados do Movimento tentavam derrubar a liminar, enquanto lideranças do

MST se reuniam com a direção da Epamig na capital do Estado, Belo Horizonte, na tentativa de pressionar para conseguir o assentamento definitivo das famílias.

A justificativa da Epamig para reintegração de posse acabou gerando revolta entre os integrantes e apoiadores do Movimento, embora não tenha gerado grande repercussão jornalística, tendo sido apenas citada: “A presença dos sem-terra e pessoas estranhas na área, sem os devidos cuidados técnicos, poderá ocasionar aos animais transmissão de doenças (aftosa, etc), perda de animais...”. O jornal registrou assim:

[...] os oficiais de justiça foram até a Fazenda do Ministério, onde leram a medida liminar de reintegração das terras. No texto lido, a Epamig justificava que a invasão, entre outras coisas, traz prejuízos para as pesquisas desenvolvidas pela empresa, como por exemplo, as de melhoramento genético, e citou que há o risco **de os invasores – homens, mulheres e crianças – transmitirem doenças como aftosa, aos bois da Fazenda.** (*Grifo nosso*) (DRD, 26 de agosto de 1994).

A argumentação foi considerada ofensiva aos direitos humanos, e gerou uma nota de repúdio dos mesmos sindicatos e entidades que assinaram a nota de apoio ao MST, acrescida de cinco partidos políticos considerados de esquerda²³ na época: PT, PSB, PPS, PSTU, PC do B. A nota de repúdio registra “uma empresa de pesquisa séria respeita os direitos humanos”, se referindo à Epamig, e clama por justiça:

Esperamos que a justiça seja feita em favor dos que realmente são vítimas deste tipo de comportamento discriminatório e inconseqüente. Somos solidários aos trabalhadores rurais ocupantes, por entendermos que a Fazenda do Ministério, UM LATIFÚNDIO PÚBLICO IMPRODUTIVO, tem que ser repassado para os trabalhadores para diminuir a fome e a miséria que imperam no Vale do Rio Doce. (*Grifo do texto*) (DRD, 27 de agosto de 1994)

Mais uma vez este episódio reflete a figuração estabelecidos outsiders na estrutura social da cidade, na qual os grupos estabelecidos que sentem-se detentores de grande poder, consideram os outros desordeiros, assim como consideram a si mesmos mais limpos, tanto no sentido literal como no figurado, conforme ensina Elias (2000): “O sentimento difundido de que o contato com membros dos grupos outsiders contamina, observado nos grupos estabelecidos, refere-se à contaminação pela anomia e pela sujeira, misturadas numa coisa

²³ Expressão que indica posicionamento político de apoio à mudança do enfoque social com o objetivo de uma sociedade mais igualitária.

só”. (p. 29). Na mesma página do jornal, acima da nota de repúdio contra a Epamig, uma convocação do Sindicato Rural Patronal, chamava para uma assembléia cuja pauta era: “Invasões de fazendas da região.”

Alguns depoimentos de entrevistados do MST e da classe ruralista explicitam a divisão e a animosidade:

E assim, a empresa que ocupava a Fazenda na época, que era a Epamig, no documento que eles solicitaram a transmissão de posse para a empresa novamente, quando ocupamos, o documento dizia que nós íamos contaminar o gado que estava na Fazenda; só para você ter uma idéia do teor; como eles viam os sem-terra chegarem no município de Valadares. (Apoiador da luta pela terra)

Eu sei dizer da posição do Sindicato contra o esquema adotado por esta instituição (MST); instituição esta de fato e não de direito. O que eles pretendiam é o que o povo sabe. É a prática constante e ilícita de buscar um objetivo que a lei às claras, e numa legislação exemplar, regula e podia ser usada como a única e mais eficiente maneira de se realizar a Reforma Agrária. (Representante de liderança ruralista)

A reação da classe ruralista já era esperada pelos militantes do MST, embora, tenha sido até aquém do imaginado. O fato do território ocupado ser uma propriedade pública e regida como tal, diferente do bem privado, pode ter sido um fator minimizador da reação dos fazendeiros que se, de alguma forma utilizavam os pastos da Fazenda do Ministério, não podiam se sentir donos, ou seja, não tinham a propriedade da terra. É o que deixam transparecer alguns relatos:

Eu acho que a gente, na verdade, pegou eles um pouco de surpresa, né. Porque se eles questionassem a ocupação da FM, quer dizer, eles estariam abrindo uma outra possibilidade; então seriam as fazendas particulares? (Representante de liderança do MST)

Você vê que o meu raciocínio está tão correto que não houve reação quando o MST entrou porque a Fazenda do Ministério não era deles, não tinha nada a ver com eles. Eles só reagiam com o que era deles. (Representante de liderança da classe ruralista)

O pessoal que olha contra o Movimento, ele olha ocupação de terra e diz: ocupou uma terra de alguém. Como estava ocupando uma terra que era do Governo federal (...) então a manifestação foi mais branda. (...) Como estava ocupando uma terra que era do Governo Federal então esta manifestação ela foi mais branda. Mas bem mais pacífica do que se tivesse sido ocupada uma área particular. (Apoiador da luta pela terra)

3.5 O ACAMPAMENTO, NOVAS TERRITORIALIDADES

E assim os sem-terra constroem a “geografia das beiras de estradas”, que é o espaço que resta entre os latifúndios e as estradas. (FERNANDES, 2004, p 22)

A ocupação da Fazenda do Ministério não durou muito tempo. No dia 27 de agosto, as famílias deixaram a Fazenda, sob um forte aparato policial. A batalha na Justiça foi perdida pelos sem-terra como mostra a manchete do DRD do dia 27 de agosto: “Negado recurso aos sem-terra. Prazo dado para saída dos ocupantes termina hoje às 17h”. A desocupação da Fazenda foi pacífica, como combinado. Começava, então, uma outra fase do processo de territorialização e o jornal noticiava no dia 28 de agosto: “Sem-terra deixam a área ocupada. As 300 famílias se locomoveram até a Cidade dos Meninos²⁴ onde passaram a noite.” O fato da instituição religiosa ter abrigado mulheres e crianças sem-terra provocou reação negativa dos ruralistas sob o argumento de apoio à ilegalidade. Além disso, a ajuda aos sem-terra seria uma afronta a eles, ruralistas, colaboradores que se diziam ser da instituição. O fato chegou a ser pauta de uma reunião no Sindicato Rural, como conta a própria liderança:

... aí teve uma reunião no Sindicato, que pedimos para marcar, e ela (diretora da Cidade dos Meninos)foi convidada; e ela foi justificar o porquê, sob o lado humano que, ela recebeu este pessoal lá.... Aí, então, eu tinha 150 partícipes nesta reunião. Eu levantei, e falei assim: “Irmã G.; Eu ainda adolescente via o meu pai ajudar a Cidade dos Meninos, atendendo a amigos íntimos dele. O rebanho bovino que ainda remanesce lá é formado por bovinos doados por todos, ou pelo menos pela maioria, de todos os pecuaristas da região. Então, se a Sr^a. Saiu de Santa Catarina para perturbar um setor de estrutural importância aqui, que a Sr^a tenha a coragem de dizer um não à ilegalidade, aos exageros posturais da Sr^a e volte para a também nossa querida Santa Catarina; porque aqui em nossa MG, nós não damos guarida à tamanha irresponsabilidade com o manto da lei de Deus.

Logo depois, as famílias de sem-terra montaram acampamento às margens da BR 116 (Rio Bahia), exatamente em frente à Cidade dos Meninos, onde ficaram até a conquista definitiva da Fazenda em 1996. Acampar às margens da estrada significava, para o movimento social, mais do que esperar e lutar pela posse da terra; era uma demonstração de força e resistência, imposição da sua territorialidade, permeada pela disputa e afirmação de poder, fator intrínseco nas demarcações, delimitações e organizações de domínios, segundo Foucault (1979). Para o autor, o poder produz prazer, coisas e discursos, não se constituindo em algo apenas negativo ou repressor, porque se assim o fosse, o poder seria frágil. “Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.” (FOUCAULT, 1979, p. 148).

²⁴ Cidade dos Meninos é uma instituição católica de abrigo a crianças carentes em Governador Valadares, cuja área faz divisa com a Fazenda do Ministério. A direção, liderada por uma freira, acolheu mulheres e crianças sem terra para tomar banho e dormir a primeira noite que passariam no asfalto, enquanto as barracas ainda não haviam sido montadas.

No dia 28 de agosto, domingo, o DRD já noticiava que os sem-terra armavam barracas às margens da estrada Rio-Bahia, em frente à Cidade dos Meninos, área que fazia parte da Fazenda do Ministério. Enquanto a direção do Movimento articulava na capital do Estado e do País, Belo Horizonte e Brasília, respectivamente, as 300 famílias montavam barracas de bambu e lona. Em Valadares, houve reunião entre as lideranças do MST e o órgão responsável pela estrada, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), cuja única providência foi a promessa de liberar quatro cones para delimitar o espaço para o trânsito de veículos da estrada, para tentar assegurar a segurança das famílias acampadas.

Já na segunda-feira, dia 29 de agosto, um dia depois de acampados, os cerca de 1200 sem-terra fizeram uma manifestação: pararam a estrada por mais de uma hora, o que provocou uma fila de veículos de mais de dois quilômetros. O objetivo, segundo as lideranças do Movimento, era chamar a atenção das autoridades para a luta pela terra. A forma da manifestação, o controle do acesso da estrada, é um exemplo típico da territorialidade proposta por Sack (1986), que a define como uma estratégia de controle, neste caso, um controle caracterizado por um nível baixo de intensidade, do tipo mais funcional e provisório, que exemplifica a possibilidade de um lugar ser considerado território apenas por um período. A estrada naquele momento estava “em poder” dos sem-terra. Em outras palavras, o tempo e o espaço considerados juntos na estratégia do ator social, no caso o MST. Assim temos: os atores; a política dos atores (ou conjunto das suas intenções); a estratégia deles para chegar a seus fins, o tempo e o espaço; todos, elementos constituintes de uma relação que, como ensina Raffestin (1993), é sempre permeada pelo poder.

Menos provisório que o controle da estrada como manifestação, mas também temporário, o acampamento das famílias de sem terra que ia se formando sugeria uma estada às margens da Br como estratégia do MST para posterior ocupação e conquista definitiva do território. Da mesma forma, o tempo como suporte da ação, pode variar conforme o objetivo das organizações e/ou dos atores nelas envolvidos, construindo e desconstruindo territórios como nos exemplifica Karol (2000):

Outro exemplo que nos últimos anos vem ganhando importância é a construção e desconstrução de territórios a partir dos movimentos reivindicatórios que se mobilizam para exigir direitos. Aqui a escala espaço-temporal já é mais complexa variando segundo a proposta reivindicatória e o grau de relação estabelecida pelo movimento na sociedade. (p. 43)

No caso dos sem terra, num tempo real, ou seja, em um intervalo de uma semana, as famílias haviam saído das suas casas, ocupado a Fazenda do Ministério, desocupado e montado acampamento às margens da estrada. Ou seja, mesmo sem o “vivido territorial”, viveram inúmeras territorialidades. Todas as famílias chegaram à ocupação atraídas pela possibilidade de se fixarem no campo, vindas de diversos municípios do Vale do Rio Doce: São João Evangelista, Córrego Novo, Bom Jesus do Galho, São Geraldo da Piedade, Açucena e etc.

O ideal da conquista, a busca por um território, unia o grupo portador da identidade de não ter terra, já que “... a identidade é sustentada também pela exclusão, a pertença ou não a determinado grupo.” (CRUZ E BENDJOUYA, 2008, p. 09). O traço identitário de resistência é próprio da classe camponesa, manifestando-se em ações diversas e formas distintas, em seu processo de formação. “... os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para manter seu poder.” (FERNANDES, 2000, p. 32). Coesos como grupo social portador de uma identidade, os sem-terra buscam também a identificação com o espaço que, como parte da territorialidade, estimula ainda mais a coesão.

Ao contrário do senso comum que denomina as relações com a terra como um enraizamento, algo estático, os princípios da territorialidade são “portáteis”, “...o que permite, inclusive, a cada migrante que se desloca em novos espaços, no interior de uma mesma nação, de uma cidade para outra, refazer seu "território". (BRUNET *apud* KAROL, 1993, p. 53). Este princípio da territorialidade move o trabalho de base promovido pelo MST, por meio do qual as famílias tomam conhecimento da intenção de ocupar, como relata uma ocupante - filha de pequenos agricultores no Vale do Rio Doce - e uma das lideranças do MST em nossas entrevistas:

Foi através do Sindicato Rural de Córrego Novo. O Rafael, o Fabiano que são meus irmãos, eles trabalhavam com o Sindicato de Córrego Novo e, a partir daí, os meninos, fizeram contato; (...) o pessoal começou a freqüentar os trabalhos de base lá, e eu comecei a freqüentar. Gostei da idéia, me interessei e acabei entrando na luta. (Integrante do MST).

As reuniões que a gente fazia nas comunidades, como faz até hoje, para orientar, para falar do que que é uma ocupação, a importância da distribuição da terra, o sistema de sociedade que a gente vive hoje, de grande concentração de renda e da terra. Este é o trabalho de base que a gente fez. De orientação de como é um acampamento. Para as pessoas decidirem ir ou não para um acampamento, com a família e tal. Este foi o trabalho que a gente fez na época. (Representante de liderança do MST)

Tudo isso pode ser um efeito decorrente da exclusão social que, se por um lado tende a dissolver os laços territoriais, por outro leva grupos a se aglutinarem em torno de ideologias como recurso para manter sua identidade cultural e preservar sua dignidade. De acordo com o grupo ou classe social, o território pode assumir diferentes significados. Significado que pode ser entendido como o valor, importância ou o alcance que as coisas têm ou assumem para determinados sujeitos ou grupos, em um determinado tempo e um determinado lugar, sendo necessária uma contextualização espaço-temporal para auferi-lo.

Nesta perspectiva, para determinar o significado de um território, é necessário ressaltar a dimensão cultural, no sentido amplo do termo, território que, como já dissemos, pode ter uma característica híbrida, transitando entre o mundo material e ideal, entre natureza e sociedade. Tendo como base a lógica do território como espaço vivido, a cultura na qual o homem está inserido é parte integrante da produção deste território, como ensina Bonnemaïson (2002):

O espaço cultural é uma realidade histórica, ele é uma realidade inscrita na terra pela soma de seus territórios. Espaço vivido por meio de uma certa visão e sensibilidade cultural, o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo.”
(.p 106)

Assim, a partir dos contextos político, econômico, social e cultural, dimensões territoriais da Fazenda do Ministério, sob diversos vieses teóricos, indagamos quais os significados para os diversos atores sociais no cenário no qual ela se insere em 1994.

4 Significado, o valor de um território

... o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve.” (GARCIA apud HAESBART, 2004, p. 69).

Atribuir um significado é um processo psicológico comum, mas ao mesmo tempo importante para as atividades e relações humanas. O significado pode ser compreendido como uma percepção subjetiva ou reação afetiva de uma pessoa frente a alguma coisa ou alguém, percepção ou reação essas que são influenciadas pelas relações interpessoais e sociais. (TORRES e NEPOMUCENO, 2005). Logo, nesta linha de raciocínio, o valor que se dá a alguma coisa pode ter uma dimensão prática, de utilidade, ou simbólica. Um imóvel, por exemplo, tem um valor pecuniário que vai determinar seu valor de venda. Mas também pode ter um valor simbólico/afetivo para o seu proprietário, se, por exemplo, foi a casa onde ele nasceu. O significado simbólico é o resultado das experiências sociais vividas e seu valor é relacionado à cultura da sociedade onde está inserido; ou seja, o que tem um determinado valor numa cultura pode não ter na outra. Além disso, o significado é diretamente influenciado pelo tempo; o que quer dizer que muda de acordo com a época.

A análise da relação que une o homem aos lugares, de acordo com as civilizações e as épocas, caracteriza uma abordagem cultural do território. Claval (2002) reforça que o universo humano não é apenas material; é constituído de indivíduos, grupos e organizações, cuja existência está ligada a um território, lugar de mediação entre o homem e sua cultura. Nesta abordagem cultural, o aspecto simbólico do território ganha importância. Segundo Bonnemaïson (2002), “os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações...” (p. 111).

Mas, além do cultural, este espaço geossimbólico é construído ainda em outros dois níveis, que contemplam a materialidade do território: o nível do espaço objetivo e o espaço vivido. O espaço objetivo (ou espaço estruturado) diz respeito, não ao simbólico, mas às funções e ao nível tecnológico utilizado sobre um meio natural com os quais a sociedade produz seu espaço, na visão de Bonnemaïson (2002): “...um conjunto de geoestruturas aplicadas ou

encaixadas sobre meios naturais, dos quais as paisagens são reveladores visuais.” (p. 109). Soma-se ainda ao nível cultural e nível objetivo o nível do vivido, que revela o cotidiano e a subjetividade do grupo que o vivencia, a partir das experiências, já que o espaço objetivo não é vivido da mesma maneira em todas as sociedades. Dos três, o espaço cultural é o nível mais amplo e engloba o vivido porque vai além do cotidiano e nasce da sensibilidade e da busca de significações, Não há espaço cultural sem território porque:

[...] a cultura é apreendida “no solo”, como um feixe de valores amarrados no espaço-território. O que significa dizer, falando geograficamente, que não podem existir grupos coerentes, nem de etnia e talvez nem mesmo de cultura, sem um território-portador. Inversamente, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural. (BONNEMAISON, 2002, p. 110).

Nesta perspectiva teórica, a busca do significado da Fazenda do Ministério passa pela sua condição como espaço objetivo, vivido e cultural. Aliado a isso, deve-se considerar também a organização social e hierárquica e as funções políticas, sociais e econômicas do grupo. Estas organizações e funções formam o que o autor chama de espaço social, produzido pelo homem, diferente do espaço cultural que é vivenciado em termos de significação e relação simbólica. “O espaço social é ao mesmo tempo espaço cultural: ele está associado tanto à função social quanto à função simbólica”. (BONNEMAISON, 2002. p.103); assim uma é esclarecida pela outra. O contexto econômico, social e político apresentado nos capítulos anteriores; o status da Fazenda; a utilização e as funções a que os 1.945,9232 hectares se destinavam; as motivações que levaram o MST a escolhê-la para ocupar, e outros aspectos revelados na história e cultura locais são elementos que compõem os significados a ela atribuídos como veremos.

4.1 O significado para a escolha

Sabemos que muitas vezes os homens vivem, lutam e morrem por quimeras, isto é, por um “real” cuja verdade é mais sonhada que vivida. (BONNEMAISON, 2002, p. 110).

As relações espaciais humanas e as concepções de espaço formam a territorialidade que não é neutra já que “... as pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar.” (SACK, 1986, p. 38). Ao contrário; os atores se distribuem no espaço a partir de seus objetivos e não é aleatoriamente que ordenam o território.

(RAFFESTIN, 1993). Assim também o foi com o MST quando escolheu a Fazenda do Ministério em Governador Valadares para ocupar. Como atores sintagmáticos, os sem terra eram organizados e tinham objetivos determinados. A escolha foi calculada, determinada por estratégias que levaram em conta dimensões - jurídica, política, econômica, cultural e até subjetiva -, todas afetadas aos diversos significados da Fazenda atribuídos pelos diversos atores sociais: da liderança do MST ao mais recente integrante da época; pelos favoráveis e contrários à causa da luta pela terra, e até por valadarenses apenas espectadores da luta.

Carregadas de intencionalidade, as territorialidades envolvidas no processo de escolha são elementos que ajudam a entender estes diversos significados. Ou seja, qual o valor ou a importância da Fazenda do Ministério para que o MST quisesse ocupá-la? Em outras palavras, o que moveu o Movimento ao objetivo de produzir aquele território?

A pesquisa nos revela que, embora os diversos significados tenham tido peso, a opção da escolha pela Fazenda foi fruto da decisão do grupo de lideranças do MST que demonstrou seu poder e impôs sua territorialidade até mesmo aos outros integrantes do Movimento. Sack (1986) reforça que “A territorialidade propicia meios de reavivar o poder.” (p. 41). Movimento social organizado que é, o MST segue o princípio da direção coletiva exercida pelas lideranças, responsáveis pelas decisões que devem ser aceitas e respeitadas, reafirmado o princípio da disciplina, indispensável para o bom andamento da organização e efetivação dos seus objetivos. Isto, na visão do Movimento, porque, na concepção de Foucault (1979), por exemplo, disciplina nada mais é, do que um conjunto de técnicas de exercício de poder, que implica na vigilância dos indivíduos no desenvolvimento de uma ação. Assim, as famílias de sem-terra que ocuparam a Fazenda do Ministério desconheciam seu destino, como comprovamos no relato de um dos ocupantes da Fazenda:

Não, para onde ia eu não sabia. Só sabia que a gente ia ocupar uma fazenda, mas não sabia; não tinha noção. Nem que seria aqui em Valadares, não tinha noção para que lado seria, não. A gente saía para ocupar, mas não sabia onde era. (Integrante do MST).

Nem mesmo os apoiadores mais próximos, como, por exemplo, representantes da Igreja Católica, apoiadora histórica do MST como abordamos no primeiro capítulo, tinham acesso à informação sobre o local da ocupação. Chama nossa atenção, a narrativa de um destes representantes - articulador não só da ocupação da Fazenda do Ministério, mas de outras

ocupações anteriores em Minas Gerais – na qual evidencia-se o poder das lideranças e a aceitação deste poder:

O MST não nos comunicava tudo, apenas acenava as possibilidades, e já sabíamos que quando acontecesse alguma ocupação seríamos acionados como colaboradores. Isto não nos incomodava pois, de certa forma, os fazendeiros sempre fizeram isso com a Igreja na defesa de seus interesses, só que este grupo de padres e outros estávamos, por causa do Evangelho e da opção preferencial de Jesus pelos pobres, do outro lado, do lado dos pobres, ainda que fôssemos instrumentalizados pelo MST.

A ocupação de terras organizada pelo MST, de maneira geral, resguarda o sigilo quanto ao local, dia e hora, informações que apenas as lideranças detêm. Para elas, é um meio para manter o elemento surpresa e evitar o confronto com atores sociais locais; uma estratégia de enfrentamento das territorialidades opostas, como conta uma delas:

Eu acho que a gente, na verdade, pegou eles um pouco de surpresa, né. Porque se eles questionassem a ocupação da FM, quer dizer, eles estariam abrindo uma outra possibilidade; então seriam as fazendas particulares? Isto também favoreceu a discussão política. Agora eles ficaram com um olho no peixe e outro no gato. Agora foi a do governo, a próxima será a nossa.

No caso da ocupação da Fazenda, o sigilo evitaria o confronto com a Polícia Militar – aparelho repressor do Estado proprietário da área a ser ocupada. Reafirmamos, então, o conceito de Althusser (1985) que, a partir de uma sociedade dividida em classes, coloca o Estado como uma “máquina” de repressão a serviço das classes dominantes.

O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária. (p. 62).

Por outro lado, entende-se que o Estado pode levar em conta outros interesses que não apenas os da classe dominante e assumir postura diferente. De acordo com Coutinho (1981) há um Estado em sentido amplo, que comporta tanto a sociedade política formada pelos mecanismos dos quais a classe dominante se utiliza, como a violência e a repressão legal, como “... a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias.” (COUTINHO, 1981, p. 91).

Talvez tenha sido este Estado, pressionado ou influenciado pelo movimento social, que tanto em 1964 como em 1994, se manteve distante do processo de disputa da Fazenda do Ministério. Tanto é que na primeira vez, a Fazenda seria entregue pelo Estado aos trabalhadores rurais; na segunda, depois de desapropriada, as terras acabaram sendo entregues às famílias de sem terra, cumprindo uma função social. Há autores que consideram que o avanço é antes o resultado da luta e da pressão dos movimentos por meio da ocupação de terras. “Observe-se a relação entre o número de ocupações e de assentamentos. A política de reforma agrária não é somente uma ação do Estado.” (FERNANDES, 2008, p. 6). Outros defendem que a entrega das terras se dá pelo reconhecimento do Estado a uma nova força:

O que se tem sido visto na literatura sobre movimentos sociais e ações coletivas como uma luta pelo poder entre antagonistas, protagonizada entre movimentos sociais e Estado, pode ser entendido em nosso estudo como disputa colaborativa sem um lado necessariamente dominante. Por meio da criação de um vocabulário comum em torno da categoria "sem-terra" o Estado reconheceu a existência de uma nova força social no mundo rural e, talvez por isso, tenha também se tornado mais equipado para lidar com ela.... (ROSA, 2009, p. 12)

4.2 O significado como bem público

Do ponto de vista jurídico, a Fazenda, desde que pertencente ao Estado, mais especificamente ao Ministério da Agricultura, era um bem público, fato que lhe rendeu, inclusive, o apelido pelo qual é conhecida no senso comum: Fazenda do Ministério. Como tal, deveria ser utilizada para fins de interesse público, como reza a norma jurídica surgida ainda na época das Monarquias absolutas, quando todos os bens públicos pertenciam à Coroa. Com o surgimento do Estado Moderno, a posse do bem público passou ao Estado e deveria ser regido como tal, diferente do bem privado, um patrimônio particular. (PIETRO, 2006).

Em 1994, além da Fazenda do Ministério, o Movimento tinha outra opção para ocupação no Vale do Rio Doce: a fazenda Urupuca, propriedade particular no município de São José do Safira, a aproximadamente 100 quilômetros de Governador Valadares, preterida no momento da escolha. Nas narrativas que se seguem as lideranças do MST demonstram que o fato da Fazenda do Ministério ser propriedade estatal influenciou na opção de ocupá-la; mais que isto, fez parte da estratégia de ocupação.

E foi mais também por uma questão de estratégia, para conseguir ocupar. Porque ... inclusive, depois que passou a ocupação, nós chegamos a conclusão que se tivesse

ido para a Urupuca a gente não teria conseguido ocupar. Teve diferença porque o processo de mobilização para conquista da área é diferente de uma terra particular. (Apoiador da luta pela terra)

Então, isso foi facilitado porque era um órgão público e tudo seria mais fácil. (Representante da população de Governador Valadares)

... ocupar uma outra fazenda, vamos dizer assim particular, no momento seria muito mais difícil, que uma área do governo (Representante de liderança do MST)

A nossa briga foi com o Estado, é diferente do que brigar com um proprietário particular. Porque além de envolver o proprietário, você envolve também o Estado. (Apoiador da luta pela terra)

Para outros atores, o fato das terras serem públicas, as desmereciam. Alguns relatos sugerem um desprezo pela Fazenda, como se ela fosse apenas um espaço e não um território. Numa perspectiva material, Raffestin (1993) distingue espaço e território defendendo que "... o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço." (p. 144). O espaço é anterior e só se transforma em território depois da ação de um ator sobre ele. Desta forma, considerar um bem público assim, é ignorá-lo, é deslegitimar sua função e o próprio Estado como produtor do território, como se percebe em trecho da fala do ruralista entrevistado ao se referir à Fazenda:

Acho que esta aqui de Tumiritinga teve mais (significado) do que ela. Porque aqui, como diz o outro, "era da viúva". Era um troço jogado que ninguém cuidava, ninguém tratava daquilo. ... O fato de dar aquilo para os sem terra não contrariou nenhum outro propósito que existia para lá.

Mas, mesmo dentro de uma mesma categoria de entrevistados, encontramos concepção diversa, de respeito à propriedade e ao fim a que se destinava. É o que revela a resposta rápida e clara de um representante dos ruralistas ao ser questionado sobre qual era o significado da FM em 94: "Estação Experimental do Leste mineiro, atingindo Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. E ali não podia ser um celeiro de mais uma anarquia ilítica deste Movimento."

4.3 O significado do uso

Há neste aspecto contradição entre o bem público como disponível à utilização de todos e como propriedade do Ministério que poderia determinar sua utilização como melhor lhe aprouvesse, já que tinha o direito legal sobre as terras. De um modo ou de outro, a utilização

das terras da Fazenda do Ministério sempre foi motivo de controvérsias e pode ser analisada sob aspectos variados. Nesta pesquisa nos atemos à utilização até a época da ocupação em 1994, e a que seria dada pelo MST caso o objetivo de transformar a Fazenda em assentamento fosse atingido, aspectos que nos auxiliam a compreender o seu significado.

As informações e opiniões variam de acordo com as territorialidades e posições dos atores envolvidos na disputa, territorialidade entendida aqui como expressão geográfica primária de poder social. (CAMPOS, 2002, p. 2). De um lado, militantes e apoiadores do MST alegam que a Fazenda não servia aos interesses para os quais se destinava: a pesquisa; ao contrário, serviria aos interesses dos fazendeiros que criavam gado no local, utilizando propriedade pública para uso particular, conforme atesta em entrevista um representante da Igreja Católica: “A Fazenda do Ministério, pelo que sei, além de ser utilizada por vários fazendeiros, ...”. A denúncia se assemelhava à acusação feita pelo Sindicato dos Agricultores na década de 1960, como vemos a seguir:

[...] era um movimento que existia em prol de transformar ou de destinar um equipamento público, um imóvel que era do Estado para atender uma finalidade pública, o que não estava acontecendo. (Representante de liderança do MST)

Questionava-se, então, a qualidade da utilização, a legitimidade de quem utilizava e até se havia utilização. Para o MST, a Fazenda significava um espaço livre para ser ocupado, onde se poderia produzir, já que o mau uso propiciava ainda a depredação do meio ambiente, como se verifica nas palavras de lideranças do Movimento:

Em 1976 ela foi dada em comodato para a Embrapa, que cedeu à Epamig para fazer pesquisa agropecuária. E verificou-se que não tinha de fato isso. O que houve foi uma depredação do patrimônio ambiental, da mata Atlântica e da madeira de lei que ainda existia; o equipamento que tinha, ninguém sabe que rumo tomou. E ainda uma fazenda com mais de 400 alqueires de terra e, nem 10% eram utilizados para pesquisa. (Representante de liderança do MST).

... que uma área do governo e, no entanto, ela estava improdutiva, sendo utilizada por fazendeiros da região. (Representante de liderança do MST)

Os relatos dos contrários ao movimento de luta pela terra defendem a importância das pesquisas feitas pela Epamig na Fazenda que possibilitariam o avanço e aprimoramento

técnico útil à agricultura e à pecuária locais, caso o trabalho de pesquisa não tivesse sido interrompido.

Eles tinham... ééé... como fala, pesquisa sobre qualidade genética de animais e tal. Tinha inseminação. Era o que mais chamava atenção.. Era uma fazenda muito produtiva; ..., nós ganhamos um assentamento e perdemos uma fazenda de pesquisa. Certo. Uma parcela da população foi beneficiada, não tinha teto, passaram a ter. Mas, a cidade no geral, aí vem o coletivo, a cidade no geral, perdeu.... Perdeu no aspecto tecnológico. (Representante da população de Governador Valadares)

Eles continuariam apanhando a semente e as mudas de cana para serem replantadas nas suas próprias fazendas, buscando melhores rendimentos e que ia influir na qualidade no produto chamado leite...Ia ter, com certeza, um estímulo para a agricultura praticada pela classe (ruralista)... Então, os projetos se não interrompidos, certamente hoje o cenário podia ser outro. Porque já se falava na fruticultura, e ela já está nos rondando; já se falava na diversificação do boi, da pecuária de corte. (Representante de liderança da classe ruralista)

Há um grupo de entrevistados, como vemos a seguir, para quem a Fazenda tinha pouca ou nenhuma utilidade; entre eles um proprietário de terras que afirma que: ‘Não tinha sentido a existência dela. O fato de dar aquilo para os sem terra não contrariou nenhum outro propósito que existia para lá.’. Outros também confirmam esta visão: .

Tinha um gadinho, mas gado pouco. Não era gado que a gente via aquele tanto de boiada não. (Representante da população de Governador Valadares)

É isso, não tinha mais nada naquela Fazenda. Então era um pedaço de terra muito grande, não sei precisar o tamanho, mas que era extremamente obsoleto, não tinha função agrária nenhuma. (Apoiador da luta pela terra)

Interessante observar em outras narrativas a falta de referência do significado da Fazenda como Estação Experimental de Pesquisa Agropecuária, e sim, como espaço utilizado para treinamento pelo Exército e pela Polícia Militar, como destacam as falas:

(...) ela só era utilizada, uma parte, ali da Cidade dos Meninos, se não me engano, e a outra parte era apenas para tiro, do Tiro de Guerra; serviu de treinamento para tiro, do qual eu fiz parte em um período também. (Apoiador da luta pela terra)

... eu escutei falar que havia lá um núcleo, acho que da Embrapa, de pesquisa, relacionado à agropecuária, mas não sei se procede a informação. E ficou conhecida mesmo como Fazenda do Ministério; até que o Tiro de Guerra tinha um estande de tiro na Fazenda e as pessoas comentavam mais sobre isso. Quando eu servi o Tiro de Guerra pratiquei tiro lá. (Representante da população de Governador Valadares)

... a gente usava o ambiente da FM para a prática de treinamento policial. Tinha um estande de tiro que funcionava dentro da Fazenda. Não, a gente só sabia que era do Ministério; a gente nem sabia de que Ministério que era; eu achava até estranho;

chegou uma época que achava que era ministério de igreja; a gente não entendia bem, não sabia exatamente de quem era, a gente usava lá. (Representante da PM)

Já cresci sabendo que era Fazenda do Ministério. E ao servir o Tiro de Guerra, usufruí disso. Historicamente é só. (Representante da população de Governador Valadares)

4.4 O significado como função econômica

Assim, o sonho da multiterritorialidade generalizada, dos territórios rede a conectar a humanidade inteira, parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades – de todos e de cada um de nós. (HAESBAERT, 2004, p. 18)

De acordo com relatos de lideranças do MST, dois critérios, em especial, foram levados em conta para a opção pela Fazenda do Ministério: um simbólico e o outro econômico e, a compreensão tanto de um significado como de outro, colabora para a formulação dos significados da Fazenda. O primeiro critério dizia respeito ao fato das terras já terem sido objeto de disputa perdida para os trabalhadores em 1964; o segundo, o critério econômico, leva em conta, entre outros fatores, a localização da Fazenda, ou seja, a distância e a acessibilidade.

A distância se refere à interação entre os diferentes locais, interação esta que pode ser “... política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos.” (RAFFESTIN, 1993, p.150), ou seja, a distância é relativa e a sua influência depende da existência de canais de comunicação, como rodovias, por exemplo, que podem amenizá-la. (SACK, 1986). Foi o caso da Fazenda do Ministério que tinha as suas margens uma rodovia federal, a Br 116, sem dúvida um canal de comunicação que garantia grande acessibilidade; o município de Governador Valadares é cortado ainda pela Br 381²⁵ e pela ferrovia Vitória Minas, o que o torna um importante entroncamento rodoferroviário. Outro fator é que a Fazenda ficava localizada praticamente dentro da cidade que se constituía em um centro consumidor, o que garantiria o escoamento da produção do futuro assentamento, como atestam lideranças do MST, como vemos a seguir:

²⁵ A BR-381 é uma rodovia diagonal, de extrema importância econômica para o país. Tem ao todo 1181 quilômetros, servindo de ligação entre os estados brasileiros do Espírito Santo (onde começa), Minas Gerais e São Paulo, onde termina. De Belo Horizonte a São Paulo é denominada Fernão Dias.

Na época nós tínhamos um debate na direção do MST. Tinha duas áreas para escolher: uma era a Fazenda Urupuca e a outra era a FM. A Urupuca fica no município de São José da Safira. Nós decidimos, porque tinha uma orientação também, do MST, de ocupar as terras férteis, do governo, à margem de rodovia, e margem de rio. Então, a FM tinha todas as condições para a produção, para escoar a produção, para poder desenvolver um assentamento e, uma área que, para nós, era estratégica naquele momento. (Representante de lideranças do MST).

É, como eu já falei, perto de rodovia; tem um mercado consumidor aqui em Valadares que propiciava ter um assentamento modelo e, Valadares hoje tá no meio, né? Aqui tem rodovia para São Paulo, Belo Horizonte, aqui fica bem central, uma região bem central para a organização do MST. Então, isso facilitaria muito as coisas. (Representante de lideranças do MST)

Mas o significado de um lugar para ser escolhido não é determinado apenas pela distância; envolve também o uso territorial do espaço. De acordo com Sack (1986), a lógica da ação territorial é mais complexa do que a lógica da distância, porque a territorialidade está sempre incorporada nas relações sociais e a “territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra,...” (p. 3). Este aspecto possibilita uma análise a partir da relação de produção que, interagindo com a relação de propriedade da terra, constitui um sistema de relações de poder, deixando explícito o significado de **trunfo** da terra, elemento que sempre foi alvo de disputa em maior ou menor grau, de acordo com o lugar e o momento, como explica Raffestin (1993).

Assim, em relação à propriedade, do ponto de vista legal, do poder político e econômico, num sistema de produção capitalista, onde há proprietários e não proprietários, Bobbio (2003) ensina que “...os primeiros controlam com exclusividade um bem de que os segundos necessitam para trabalhar; assim, detêm um poder e podem impor condições.” (p. 141). A mesma ideia explicada sob o ponto de vista da geografia por Raffestin (1993) lembra que toda propriedade ou apropriação é marcada pela noção de limite que marca o território. A funcionalidade da terra, que manifesta o modo de produção e sua área de ação, também carrega a noção de limite que pode ou não coincidir com o limite da propriedade. Muitas vezes, é exatamente esta não coincidência que gera a disputa pela terra e o conflito, como no exemplo da utilização das terras da Fazenda do Ministério pelos fazendeiros para proveito próprio; isto, se tomarmos a denúncia como verdade.

Então, com base nos aspectos de materialidade e funcionalidade da terra, o objetivo do MST, mais do que obter a propriedade da Fazenda do Ministério, era ter poder sobre ela para utilizá-

la como espaço para produção, fazendo coincidir o limite da propriedade com sua área de ação. Assim, o significado estava relacionado à terra como meio de produção. Para Sack (1986) seria a imposição da territorialidade camponesa de controle de uma área. Roos (2009) explica que “a conquista da terra é pré-requisito para a territorialização do camponês e para luta deste contra a territorialização das relações capitalistas” (p. 88.), relações estas que têm como centro o lucro, enquanto a resistência camponesa tem como centro a manutenção da vida em família, a terra como abrigo e forma de sobrevivência.

Haesbaert (2004) retoma a questão da luta de classes e das minorias e destaca o território neste sentido, como meio de produção no sentido de abrigo voltado à sobrevivência, ao meio de vida e não à acumulação de capital, na acepção marxista do termo:

Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. (p.360)”

Desta forma, fazemos a distinção entre o significado do território como recurso e como abrigo, a partir de uma analogia ao conceito de economia moral que traz à tona a questão da distribuição da riqueza, contestando a economia de livre mercado. Schenato (2010) ensina que o conceito foi estudado primeiro por Thompson e posteriormente ampliado por Scott. Este último confirma que a subsistência dos camponeses depende do acesso à terra, não só pela venda de alimentos, mas também pelos costumes relativos ao seu uso. A noção ampliada do conceito de economia moral prevê, conforme Schenato (2010):

[...] as reciprocidades e trocas comunitárias, obrigações mútuas, laços de dependência, deveres e direitos sociais, ética de subsistência, direito de viver, senso de justiça são alguns dos elementos que compõem a economia moral de Scott, bem como seus desdobramentos nas relações de poder no cotidiano vivido, em que os camponeses encontram estratégias de resistência à dominação, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses. (p. 04)

O conceito de economia moral surgiu a partir do estudo dos motins da Inglaterra do século XVIII, defendendo que os protestos da população pobre não podiam ser vistos apenas como uma reação à fome, mas também como cobrança de obrigações sociais das elites para com os pobres, baseada em referências morais e éticas ditadas pelos costumes da época. Assim pode

ser com os sem terra. Como vimos no primeiro capítulo, em 1994, a estrutura fundiária do campo no Brasil ainda era marcada pela propriedade e grande concentração de terras e pela desigualdade social no campo, em que pese que o avanço da Constituição de 1988 que no seu Artigo 186²⁶ determina o cumprimento da função social da propriedade rural.

À luz da noção da economia moral, neste contexto político, econômico e social, as ações de ocupação dos sem terra com vistas à produção de assentamentos rurais, bem poderiam ser definidas como estratégias de resistência e ser justificadas pelos fins: a terra significando sobrevivência e não negócio ou lucro. Martins (2002) avalia que o vínculo do trabalhador do campo com o capital se dá, não pela venda da sua força de trabalho, mas sim pela venda do fruto do seu trabalho que advém da propriedade da terra, que na ordem capitalista, sempre foi marcada pela expropriação, disputa e os conflitos.

Na sua dimensão econômica, o significado da terra para o trabalhador rural, então, contrasta com o significado que tem para o latifundiário, especialmente em Governador Valadares onde a propriedade da terra e a pecuária assumiram um caráter muito mais de comércio e negócio, do que de vida rural, como revela Espíndola (2008, p. 194): “O desejo de adquirir fazenda de engorda se tornou generalizado, com comerciantes, industriais e profissionais liberais comprando terras.” Analisando a terra como um instrumento fundamental de produção, Martins (1995) registra que “Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada.” (p. 160). Fernandes (2000) esclarece o significado da conquista da terra para o trabalho e para negócio:

As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão. (p.286).

A partir destas observações, percebemos que relatos de sem terra revelam o significado da Fazenda do Ministério como abrigo:

²⁶ Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

O objetivo principal, eu acho, tirar o sustento da terra. O nosso aqui foi esse. Ocupar, conquistar para, dessa terra, a gente tirar o sustento das nossas famílias. (Integrante do MST)

Ocupar a FM para nós tinha um objetivo. Primeiro era promover ali um assentamento de trabalhadores rurais, né, distribuir a terra para que eles pudessem tirar dali o seu sustento; o que está acontecendo hoje. (Representante de lideranças do MST)

Visto por um outro viés, o aspecto econômico da propriedade da terra revela ainda outro significado: obter poder. Na percepção de Foucault (1979), as relações de poder são imanentes às relações econômicas e sociais, não se constituem isoladamente e não têm por função única reproduzir as relações de produção; ao contrário vão mais longe, gerando outros tipos de poderes, mais sutis que podem, inclusive, ter mais força. “As redes de dominação e os circuitos da exploração se recobrem, apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem.” (FOUCAULT, 1979, p. 160). Neste caso, as territorialidades - entendidas como forma primária do poder (SACK, 1986) - que envolviam a disputa da Fazenda do Ministério não diziam respeito apenas a deter a sua propriedade com o objetivo de produzir, mas a possuir a terra simplesmente, porque, como já enfatizamos, no Vale do Rio Doce, ter terra era ter poder.

4.5 O significado simbólico

Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. (ROSENDAHL, 2005, p. 02)

O outro critério levado em conta pelas lideranças do MST para ocupação da Fazenda do Ministério é da ordem do simbólico. Em que pese o significado de materialidade do qual o território é investido, e suas dimensões jurídica, política, econômica e cultural, o território carrega ainda uma carga simbólica, como uma realidade invisível, ligada a valores não materiais que dizem respeito também ao ser e não apenas ao ter. O território quando envolvido em relações de dominação ou apropriação “... desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBART, 2004, p.95). Nestas

circunstâncias, a Fazenda adquiriria um significado simbólico igual ou maior que o seu próprio valor pecuniário.

Para analisar o simbolismo que envolve a Fazenda do Ministério, é necessário que nos voltemos, principalmente, para a questão cultural, no sentido amplo do termo; cultura como concepção de mundo englobando os aspectos políticos, econômicos e sociais. Nada disso pode ser dissociado do espaço que, na visão de Raffestin (1993), por exemplo, é o suporte para a ação do homem que produz seu território. Deste ponto de vista, cultura e espaço se ligam necessariamente à ideia de território. “É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e espaço.” (BONNEMAISON, 2002, p. 101).

A abordagem cultural de um território deve levar em conta sua dimensão histórica, já que ele é o produto do espaço vivido, das vivências e experiências dos atores. O território é construído paralelamente, tanto material (sistema) como simbolicamente; do primeiro modo, se organiza para atender as funções dos atores que o estão produzindo; como símbolo, se forma a partir dos valores destes atores. “Assim, entre a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constante.” (BONNEMAISON, 2002, p. 106).

A construção social e organização do território nos remete à estrutura fundiária que, no Vale do Rio Doce, sempre seguiu a característica nacional de concentração e disputa de terras. Depois dos conflitos de 1964, abafados pelo Golpe Militar, 30 anos se passaram até que, novamente, os ânimos voltassem a se acirrar em Governador Valadares. Durante este tempo, o processo de redemocratização do País, permitiu o surgimento de novos atores sociais que promoveram as lutas pelas liberdades democráticas, inclusive no universo rural.

A redemocratização nacional deve ser analisada enquanto uma lenta transformação, em que instituições democráticas convivem com uma cultura política não-democrática, ou até mesmo enquanto um misto de duas culturas contraditórias. (GUIMARÃES, 2008, p. 25)

Embora a elite econômica tenha vindo aos poucos perdendo o poder político (NARDELY, 2000), a cultura local ainda estava impregnada do poder da chamada elite rural que remontava ao fenômeno do coronelismo, para quem a ocupação de terras pelo MST funcionaria como um

desafio ao poder estabelecido. Se abordamos aqui cultura no sentido ampliado, também, da mesma forma, devemos levar em conta “a política como algo mais que um conjunto de atividades específicas (votar, fazer campanha ou lobby)...” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 29). Os autores ressaltam que o político, no que diz respeito aos movimentos sociais, vai além; engloba também lutas de poder em espaços culturalmente definidos como espaços privados, sociais e econômicos. Estas relações de poder tem que levar em conta o seu caráter “cultural” que se torna político.

Em 1994, o enfrentamento dos sem terra ante a elite ruralista de Governador Valadares retrata o confronto entre os dois grupos, quando o primeiro - considerado marginal, oposicionista ou minoritário em relação a uma determinada ordem cultural dominante - quer reverter esta ordem, tentando “dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política ...” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 23), ou desafiando práticas estabelecidas. Assim o fez o MST quando ocupou a Fazenda do Ministério; desafio que, se não gerou uma reação violenta por parte dos fazendeiros, nem por isso deixou de significar uma ameaça ao “autoritarismo social.”²⁷ .

Termos como elite econômica e autoritarismo social nos remetem aos estabelecidos e outsiders conceituados por Elias (2000) que a estes soma o termo “aristocracia” como exemplo para comparação. Aristocracia era a denominação ao tipo de relação de poder que permitia que a classe ateniense composta de guerreiros senhores de escravos assumisse a posição dominante em Atenas, na Grécia Antiga. Literalmente o termo significava “dominação dos melhores”. O autor explica que esta é a auto-representação que qualquer estabelecido faz de si mesmo em termos de diferencial de poder, porque “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.” (p.23). Os grupos estabelecidos tendem ainda a classificar os grupos outsiders como “desordeiros que desrespeitam leis e normas.” (p. 29). Assim acontecia em Governador Valadares em 1994; vide a referência de um representante da classe ruralista

²⁷ Por autoritarismo social designamos uma matriz cultural, vigente no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, que preside a organização desigual e hierárquica das relações sociais, no âmbito público e privado. Baseada em diferenças de classe, raça e gênero que constituem a base principal de uma classificação social que impregnou historicamente a cultura brasileira, estabelecendo diferentes categorias de pessoas hierarquicamente dispostas em seus respectivos “lugares” na sociedade, essa matriz reproduz a desigualdade das relações sociais em todos os níveis, subjazendo às práticas sociais e estruturando uma cultura autoritária. (DAGNINO, 2004, p. 103)

aos sem terra em uma de nossas entrevistas quando disse: “Soube-se que através da desordem programavam invadir esta Fazenda.” Na seqüência da narrativa, o representante dos ruralistas ainda deslegitima o MST como instituição de direito e reafirma a ilegalidade da prática do Movimento, como se pode observar a seguir:

Eu sei dizer a posição do Sindicato contra o esquema adotado por esta instituição (MST); instituição esta de fato e não de direito. O que eles pretendiam é o que o povo sabe. É a prática constante e ilícita de buscar um objetivo que a Lei às claras, e numa legislação exemplar, regula e podia ser usada como a única e mais eficiente maneira de se realizar a Reforma Agrária. (Representante de liderança da classe ruralista).

Complementando ainda estas proposições, Foucault (1979) defende que onde há poder há resistência; “resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação” (RAFFESTIN, 1983, p 56). Como temos visto ao longo deste estudo, a resistência é característica constante do homem do campo, se referindo aqui aos sem-terra. É o que nos afirma Fernandes (1999):

Na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. Lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses. (p. 3)

Da mesma forma, há resistência à transformação também pelo lado oposto, ou seja, dos ruralistas. As lembranças e constatações do representante da classe política e da Igreja em 1994 contribuem para nos dar a dimensão do significado da Fazenda na conjuntura política cultural de Governador Valadares na época, como vemos:

Então, ocupar terra aqui dentro de Valadares é sempre complicado. E .. No sentido da ideologia, né? De uma cidade que traz uma cultura da agropecuária dos grandes fazendeiros, a história aí da grilagem, tudo então, o Movimento, ele não é visto com os mesmos olhos que se tivesse numa cidade mais operária, teria outra visão. Eu digo complicado neste sentido. (Apoiador da luta pela terra)

Ali já se falava da ocupação da fazenda do Ministério. Estávamos certos de este seria o próximo alvo do MST na região, como também antevíamos as dificuldades da mesma. A Fazenda do Ministério, pelo que sei, além de ser utilizada por vários fazendeiros, era um símbolo de resistência dos mesmos quanto à reforma agrária na região. Para eles era como que um "ícone sagrado," por tudo que ela simbolizou nos anos 60, como narra Carlos Olavo, no livro Terras do Rio Sem Dono. Portanto, ocupar a Fazenda do Ministério, era sinônimo de que outras fazendas poderiam ser ocupadas e isso eles (os fazendeiros) não permitiriam. (Representante da Igreja Católica)

Como um símbolo, um ícone também é uma espécie de signo que, como tal, produz um significado para quem o interpreta, significado este que, por sua vez, produz um sentimento. (NETTO, 2001). O adjetivo sagrado diz respeito ao divino, ao venerável, ao santo. A expressão “ícone sagrado” com a qual o representante da Igreja se refere à Fazenda do Ministério revela qual o significado ele atribui a ela: um símbolo divino para os ruralistas, o que denota importância. A narrativa revela ainda o porque: era um símbolo de resistência contra a reforma agrária e “por tudo que ela simbolizou nos anos 60”.

A Fazenda do Ministério como símbolo faz reavivar os acontecimentos relatados sobre os conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros às vésperas do Golpe Militar de 1964. Os fatos que na época chegaram a ganhar destaque na imprensa nacional como na edição de 14 de março de 1964, também ganharam registro no livro *A Ditadura Envergonhada*, do jornalista Élio Gaspari, 38 anos depois. O livro do jornalista Carlos Olavo, “*Nas terras do Rio sem dono*”, em que pese seu cunho ficcional, descreve o cenário da questão agrária no Vale do Rio Doce e os acontecimentos que envolveram a disputa da Fazenda do Ministério. Distante do jornalismo ou da ficção, José de Souza Martins, no livro “*Os camponeses e a política no Brasil*” (1995) cita o episódio ao analisar a possibilidade de uma revolução camponesa:

Depois do Golpe Militar de 1964, a pressuposição da revolução camponesa apareceu claramente na justificativa da raivosa repressão que se desencadeou sobre os trabalhadores do campo, particularmente os das Ligas Camponesas, sobre as lideranças sindicais e até mesmo sobre os partidos e grupos políticos que, especificamente a respeito, tinham posição vacilante. As brutalidades cometidas por fazendeiros de Governador Valadares, com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais e a manipulação da CIA, e as sádicas e espantosas agressões cometidas contra o militante comunista Gregório Bezerra são algumas indicações a respeito. (p.93)

Assim também o faz Bernardo Mançano Fernandes em “*A formação do MST no Brasil*” (2000):

Em Minas Gerais, o MST conquistou um latifúndio histórico. Em agosto de 1994, em Governador Valadares, duzentas e noventa famílias ocuparam o latifúndio conhecido como Fazenda do Ministério. Essa propriedade seria desapropriada em 1964, quando aconteceu o Golpe Militar. (p.200)

Trinta anos depois, os trabalhadores rurais sem-terra voltaram a lutar pela Fazenda do Ministério movidos pelo desejo, razão e significados, que alimentam as territorialidades, como ensina Sack (1986). Lutavam, não por qualquer terra onde pudessem produzir para sobreviver; mas por aquela terra que um dia quase chegaram a possuir. De acordo com Campos (2002), as motivações que definem as territorialidades são determinadas pelas formas como os grupos sociais se relacionam com o território, como a forma de uso, organização ou significado que ele possa ter em diferentes momentos, o que traduz tanto “expectativas particulares interiores aos grupos - prazer, necessidade, contingência, obrigação, ideologia -, como também exteriores a eles - funcionais, simbólicas, sociais, físico-ambientais, sócio-econômicas.” (p. 36). A ideia também vale para as territorialidades opostas aos sem terra.

A disputa fez aflorar principalmente o significado simbólico da Fazenda, despertando um sentimento adormecido, como um resgate da terra que no passado poderia ter sido dos trabalhadores, como demonstram as narrativas a seguir:

A FM é porque ela tinha uma história muito importante. A Fazenda do Ministério, se não tivesse havido o Golpe Militar de 64, seria a primeira fazenda entregue à Reforma Agrária do Brasil no governo João Goulart.[...]a Fazenda se tornou um símbolo; um símbolo da luta pela terra, pela Reforma Agrária, e da luta em Governador Valadares. Então, ocupa-la era trazer a memória, trazer a história, inclusive dos agricultores, principalmente, na época, os camponeses e a Liga Camponesa que foi duramente combatida, inclusive com mortes naquele enfrentamento. Era uma luta ideológica e muito clara para eles: “nós estamos indo para um lugar que nós queremos a democratização da terra, e principalmente ali, pela simbologia”. (Apoiador da luta pela terra)

Para mim e para algumas lideranças, militantes, ela tinha um significado de honra. (Apoiador da luta pela terra)

Então, o significado é no sentido de resgate da história; para nós, o significado é este. (Representante de lideranças do MST)

... todo mundo que tinha vontade de resgatar, né, o papel da FM, que em 64, foi retirada, arrancada, mudou seu destino, ...; então, quem tinha este sonho, esta vontade da gente resgatar este imóvel. Então do ponto de vista, não do valor econômico, mas histórico para a classe trabalhadora da região do Vale do Rio Doce. (Representante de lideranças do MST)

Como eu já falei, é a retomada daquela terra ali e, com isso, trazer presente a história do Sindicato, que foi completamente destruído na década de 64, que foi no Brasil inteiro na verdade. (Apoiador da luta pela terra)

Ela (a escolha) foi técnica e política ao mesmo tempo, porque a FM tinha toda uma história, tem uma história, né, na década de 60 quando estourou o Golpe Militar, né, a Fazenda foi palco de conflito. (Representante de lideranças do MST)

Uma narrativa, de acordo com REY (2001), é uma expressão de linguagem comprometida com os sujeitos que a constroem, o que quer dizer que por trás dela estão os sujeitos pensantes e históricos e que “... em cada uma de suas afirmações podem estar implicados com momentos de sentido constituídos em suas histórias pessoais.” (p. 207) Desta forma, para cada sujeito, a Fazenda do Ministério apresenta um significado, construído num processo em consonância com a experiência vivenciada por cada um, num determinado cenário social. Para o autor, estes são sentidos subjetivos que se identificam com o processo do imaginário. Por isso, não há um significado único, são vários, como são várias as territorialidades, embora possam coincidir e se sobrepor.

Como pudemos observar, no imaginário de alguns, a Fazenda significa mais que um local utilizado como estande de tiro; para outros atores sociais significa apenas uma propriedade rural que pode gerar lucro; para lideranças do MST, pode significar um bem público disponível para ser ocupado e importante como meio de produção; para outros, significa abrigo e meio de sobrevivência; o desconhecimento fez até com que a Fazenda significasse ministério no sentido religioso. Identificamos ainda o significado simbólico da Fazenda que aparece como trunfo do poder num jogo de disputa, já que, como bem diz Raffestin (1993, p. 60): “O ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos.”

O conjunto de significados projetados em um espaço geográfico faz parte do processo de transformação deste espaço em território; um processo que não tem fim; atravessa o tempo, num contínuo. Na sua produção, o território vai sendo impregnado das pessoas que também carregam um pouco dele na produção de si mesmas. Um se apropria do outro. Esta apropriação é envolvida pelas relações sociais que se travam neste espaço. “É o espaço relacional “inventado” pelos homens”, na visão de Raffestin (1983, p. 48), e o “...espaço social, de alguma forma, produzido pela sociedade...” na visão de Bonnemaison (2002, p. 103).

Neste trabalho, consideramos a Fazenda do Ministério um território com suas múltiplas dimensões; consideramos um tempo para efeito da nossa análise, marcado, em especial, por dois momentos nos quais afloraram os antagonismos de grupos sociais na disputa pelo espaço, disputa esta que foi parte integrante da produção deste território; e consideramos ainda atores sociais que nos ofereceram um pouco de si mesmos, das suas subjetividades afloradas nas

narrativas, para que compreendêssemos os muitos significados da Fazenda do Ministério, objeto da nossa pesquisa.

5 Considerações finais

É a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar. (Geraldo Vandré, 1967)

Nos trinta anos entre os conflitos que envolveram a Fazenda do Ministério, ela esteve lá, no mesmo status; e, embora tenha sido Estação Experimental de Pesquisa dada em comodato ao governo do Estado de Minas Gerais, nunca deixou de ser conhecida pelo apelido; por alguns era até chamada apenas de “Ministério”. Instigava-nos compreender, fora do senso comum, o que significava a Fazenda para os diversos atores sociais. Qual a importância daquele lugar envolto em tantas histórias, tão carregado de simbolismos? O que a fazia ao mesmo tempo tão conhecida e tão misteriosa, e um território tão disputado?

Embora estes tenham sido questionamentos que nos impeliram a esta pesquisa, o seu impacto vai além das nossas motivações investigativas. Desde o início do trabalho, percebemos que havia muito a ser pesquisado, posto que são raros os registros acadêmicos sobre o território de Governador Valadares no nosso período focal: 1994. Há muitas perguntas e poucas respostas sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do município depois de 1970; alguns poucos estudos vão até 1980. Levando-se em conta que o município, emancipado em 1938, tem 73 anos, percebe-se que mais da metade de sua existência segue sem informações geradas por meio de pesquisas, o que legitima a importância do nosso estudo.

Importante ressaltar que nestes quase 40 anos, o Brasil viveu significativas transformações no seu contexto sócio-histórico. Neste tempo, vivemos o ápice do regime ditatorial, depois do golpe militar de 1964, e saímos dele na década de 80, o que resultou na ampliação da participação da sociedade civil, e o conseqüente resgate e surgimento de movimentos sociais, inclusive o MST. O processo de democratização foi legitimado na nova Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

No mundo, a sociedade era, e ainda é, caracterizada pela chamada pós-modernidade, marcada pela reconfiguração do papel do Estado e novas formas de controle social; pela globalização, pela revolução tecnológica e pela reestruturação do capitalismo mundial que, a partir da década de 70, se caracteriza pela flexibilização das fronteiras nacionais, centralização do sistema financeiro, reorganização do processo produtivo e do mundo do trabalho. À visão da

sociedade dividida em classes baseada na concepção marxista que tudo explica pelo viés econômico somaram-se novas perspectivas.

A religião e o lazer dos pobres passam a ser vistos como lutas tácitas contra as injustiças das oligarquias tradicionais e do capitalismo moderno. A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimentos popular e/ou movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. Buscou-se este potencial em sujeitos múltiplos, seja nos movimentos urbanos, nas comunidades eclesiais de base, nas lutas pela terra, moradia, etc... (SCHERRER-WARREN, 2005, p.17)

Foi neste contexto de protagonismo da sociedade civil (GOHN, 2008) que, em 1994, Governador Valadares vivenciou a primeira ocupação de terras promovida pelo MST, materialização dos espaços de luta e resistência e condição da "... territorialização do movimento social do campo." (FERNANDES, 1999, p. 09). A ocupação em si não foi o objeto desta pesquisa, foi, sim, uma espécie de fato gerador, pelo que significou no contexto sócio-histórico de Governador Valadares. A compreensão deste contexto foi fundamental para esta busca de significados que nos revelam mais do que as territorialidades afloradas pela propriedade da terra em si. Até porque, como nos lembra SACK (1986), a territorialidade não compete por espaço, mas por coisas e relações no espaço. Uma delas é o poder, intrínseco a todas as relações constituintes de um território. O poder do tempo presente, resgatando o poder perdido no tempo passado.

Durante séculos, os movimentos camponeses tentaram romper com essa estrutura de poder, por meio da luta pela terra. Entretanto, todas as lutas ainda não foram suficientes para uma mudança eminente. Pela sua perenidade, a questão agrária nutre-se de conflitos, assumindo diferentes feições sem modificar sua essência. (FERNANDES, 1999, p.11)

A ocupação da Fazenda do Ministério pelo MST em 1994 abalou a estrutura de poder estabelecida na cidade, provocando, em nova feição, a reação dos ruralistas que expressaram seu descontentamento; não mais a bala como em 1964, mas, disparando contra o movimento social em articulações políticas e por meio da mídia, que, na contemporaneidade, se constitui em importante instrumento por meio do qual as pessoas se informam e formam as suas opiniões. Rodrigues (1994) destaca que a comunicação é a grande força legitimadora de outras esferas de ação como a política ou a econômica; passou a ser o campo de mediação da

vida social e um importante instrumento mobilizador, sendo considerada como a nova ideologia.

[...] a opinião pública torna-se cada vez mais dependente de um novo campo de legitimidade, o da máquina discursiva dos media, campo cada vez mais autônomo dos restantes campos sociais como esfera obrigatória de visibilidade e notoriedade. Nele todos os restantes campos sociais se refletem como num espelho, não podendo as dimensões da prática social prescindir do seu contributo (RODRIGUES, p. 42).

A reação contrária dos ruralistas, então, não foi mais por meio da violência física; mas pela simbólica, gerada por um poder também simbólico que legitima outras de suas formas, como ensina Bourdieu (2001):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce de for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (p. 14)

Os meios de comunicação que, nas sociedades democráticas, se encontram nas mãos de grupos dominantes, possibilitam que estes grupos exerçam seu poder também sobre a mídia. “Através do poder simbólico, essa perspectiva se insere também na cultura da mídia, com vistas a manter o pensamento da classe que está no poder.” (CRUZ, 2010, p. 07). A disputa era menos pela terra e mais pelo poder e pelo significado simbólico da Fazenda, que nem pertencia aos ruralistas. Para eles, assim como em 1964, a possibilidade da disponibilidade da Fazenda para os sem-terra, significava a inversão da lógica de dominação da elite rural, acostumada a exercer o poder e impor sua territorialidade; era o resultado da ampliação do protagonismo da sociedade civil, por meio da ação do movimento social e com a cumplicidade do Estado.

Em que pese os ruralistas de Governador Valadares em 1994 não terem se expressado por meio da violência física, sua indignação evoca o poder de outrora, do mando dos “coronéis”, da violência dos jagunços, da grilagem de terras que ainda assombrava, mesmo num contexto político, econômico e social mais democrático. Um estudo de Bruno (2003) sobre a violência no campo e sua representação na mídia nos anos 80, defende que o problema é consequência das relações de classe que expõe componentes de velhos padrões de conduta como se a

violência fosse uma questão cultural da classe latifundiária brasileira. A autora resgata expressões nos jornais que legitimam sua visão:

A "saudade" do tempo em que "só a chibata podia manter os trabalhadores sob controle" e o "fazer justiça com as próprias mãos" são expressões que enunciam uma das dimensões fundantes do habitus de classe da propriedade latifundista da terra no Brasil. (BRUNO, 2003, p. 22)

Esta questão faz parte de uma análise das dimensões econômica, histórica e política da cultura mineira, que revela uma característica de resistência à mudança social e uma influência de "... de signos de distinção social tradicionais, como aquisição de terra, {...}. Ou seja, a estrutura de poder que predomina em Minas Gerais é assente no controle da terra e na subordinação política das populações rurais. (GODOY, 2009, p. 98). Revela-se, com isso, a dimensão cultural do território a partir da concepção de Claval (2002) de que o espaço cultural é uma realidade histórica inscrita na terra pela soma de seus territórios, sendo que "... por meio de uma certa visão e sensibilidade cultural, o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo." (p 106).

Na dimensão simbólica do território, a Fazenda do Ministério não era uma Fazenda qualquer; tinha o significado de um troféu. Conquistá-la era como ganhar um embate; o das territorialidades. Numa sociedade na qual as graves questões sociais, frutos das desigualdades, a divide em classes, significava o resgate do poder de dominados sobre dominantes; a vitória dos outsiders sobre os estabelecidos, na concepção de ELIAS (2000), refletindo a cultura política local dominante e excludente, "...na medida em que se baseava numa concepção oligárquica de política, vindas das práticas sociais e políticas do latifúndio, onde os poderes pessoal, social e político se superpunham, constituindo uma única realidade" (p. 27 Apud Sales, 1994), que os movimentos sociais queriam transformar. Tínhamos, então, um território como trunfo do poder que significava mais que apenas a terra para produção ou sobrevivência.

Mas os significados são múltiplos e, na dimensão material de território, a Fazenda também significava, para alguns, espaço para uso e seus recursos, assim como meios de existência e sobrevivência. De acordo com Haesbaert (2004) "Para os "hegemonizados" o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade ("recurso") e identidade ("símbolo"). (p. 04). Mesmo o aspecto material do território, é

permeado por uma concepção sócio-histórica. Raffestin (1993) esclarece que o recurso natural é o produto de uma relação; sendo assim, não há recursos naturais, há matérias naturais que se transformarão em recursos a partir da utilização dada pelo homem. “Sem uma intervenção externa uma matéria permanece aquilo que é.” (p. 226), diz o autor. De acordo com Hall (1997), o uso que fazemos das coisas e como as integramos ao nosso cotidiano, são elementos por meio dos quais damos significados a elas.

A utilização do espaço – dimensão material concreta das relações sociais – também é determinada pelos aspectos econômicos, políticos, ou seja, culturais, que produzem as territorialidades manifestadas pelos diversos atores sociais. A Fazenda do Ministério, então, foi objeto de disputa também por significar espaço onde se poderia produzir; terra para plantar e sobreviver, para os integrantes do MST; pasto para os fazendeiros criarem boi; espaço para experimentos agrícolas, para o Estado.

E a história.não acaba

Dois anos depois, em 1996, a Fazenda do Ministério foi disponibilizada pelo Incra para reforma agrária e se transformou no Assentamento Oziel Alves Pereira, fruto da luta e da esperança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nos remetendo à BONNEMAISON (2002) quando ensina que: “A esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos” (p. 108). Mas, isto já é história para novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA Luciana. A Forma Política do MST. **Cadernos Cemarx**^{JCR}, v. 4, p. 83-93, 2007
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ANJOS, Maria Anita dos e FARAH JR., Moisés. Coleção Gestão Empresarial 1: **Economia brasileira**. Gazeta do Povo. Curitiba, Novembro de 2002.
- ÁVILA, Rodrigo V. **A Viabilidade Econômica da Reforma Agrária em Minas Gerais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BERTERO, José Flávio. Sobre reforma agrária e MST. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.163-183, set. 2006.
- BONNEMAISON, J. e CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et Identités. Géographies et Cultures (Le Territoire), n° 20. Paris: L' Harmattan, 1996 *apud* HAESBAERT, R., O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: _____ **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 190p.
- BORGES, Maria Elisa L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 24, n° 47, 2004. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a12v2447.pdf>>
- BOURDIEU, Pierre, **O poder simbólico**. 9ª ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2006
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRUNO, Regina A. Landim. **Nova República: a violência patronal rural como prática de classe**. Sociologias. Porto Alegre. Ano 5, n° 10, jul/dez. 2003, p. 284-310. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf>>
- CAMPOS, Heleniza Á. Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central do Recife. **Revista GEOUSP**. São Paulo. Espaço e Tempo, 2002, n° 11, pp.35-50, ISSN 2179-0892.

CISNE, Mirla. **Institucionalização dos movimentos sociais**: uma reflexão sobre luta de classes na contemporaneidade. In: Colóquio Marx e Engels, 5°. Campinas.

CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: _____ **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 190p.

COGO, Denise. **As interações comunicacionais e midiáticas das migrações contemporâneas no Mercosul**: reflexões teórico-metodológicas desde o contexto de Porto Alegre. *Media & Jornalismo*, (8) 2006, pp. 35-54.

COMPARATO, Bruno K. **A ação política do MST**. São Paulo *Perspec.* v.15 n.4 São Paulo out./dez. 2001. ISSN 0102-8839

COUTINHO, Carlos Nelson. **Fontes do Pensamento Político Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981.

CRUZ, F.S.; BENDJOUYA, J.P. **A identidade Cultural do MST**. 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt>>

CRUZ, Fábio Souza. Forças sociais em tensão: o caso MST e Jornal do Almoço (RBS TV). **Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación. Razón y Palabra**. Número 72. ISSN 1605-4806. Disponível em: <www.razonypalabra.org.mx>

DULCI, Otávio, S. **Política e Economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90**. IX Seminário sobre a Economia Mineira. 2009. Diamantina. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/OTAVIO.pdf>>

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John.L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Jorge Zahar, Rio de Janeiro. 2000

ESPINDOLA, Haruf S. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 67-75, 2000.

_____. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009

_____. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, nº19, Nov/98, p.148-163

_____. **O Sertão do Rio Doce**. 1. ed. Bauru: Edusc, 2005. v. 1. 485 p.

_____. **História da Associação Comercial de Governador Valadares. Governador Valadares**: Univale, 1999. v. 01. 198 p.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. WENDLING, Ivan Jannotti. **Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce**. *Varia História*, v. 24, p. 177-197, 2008.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2000.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra (1). **Revista de Cultura Vozes. 1999**. Disponível em: <<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>>

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra**. XIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

_____ **MST: formação e territorialização.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ **O MST e as reformas agrárias no Brasil.** Debates. Año IX N° 24 - Octubre de 2008

_____ **Espaços agrários de inclusão e exclusão social:** novas configurações do campo brasileiro. AGRÁRIA, n° 1, pp. 16-36, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 149-155.

FERREIRA, J.S.W. **Globalização e urbanização subdesenvolvida.** São Paulo em Perspectiva. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000, ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400003&script=sci_arttext>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p.129.

GARCIA, J. L. Antropología del Territorio. Madri: Taller de Ediciones 1996, *apud* HAESBAERT, R., **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.

GODOY, Marcelo M. **Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento.** Cad. Esc. Legisl, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009

GOHN, Maria da Glória, **Novas Teorias dos Movimentos Sociais,** Edições Loyola, SP, 2008.

_____ **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização,** Cortez Editora, SP, 3ª ed. 2003.

_____ **Os Sem-Terra. ONGS E CIDADANIA.** São Paulo: Cortez. 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** V. 5: O Risorgimento: Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. 448p.

GUIMARÃES, Aline A. M. et al (orgs) Participação social e políticas públicas: novos rumos para a construção de políticas emancipatórias. In: _____ **Diálogos Sociais: Reflexões e Experiências para a Sustentabilidade do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.** 1ª Ed. IMGS. Belo Horizonte, 2008. ISSN 1984-2805. Disponível em: <http://www.bibliotecaidene.org/arquivos/album/332/arq_2228.pdf>

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.

HALL, Stuart. “The work of representation”. In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. São Paulo em Perspectiva. Estud. av. vol.15 no.41 São Paulo Jan./Apr. 2001. ISSN 0103-4014. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>

KAROL, Eduardo. **Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - F.A.S.E. - estudo sobre território e organização não-governamental**, 2000. Dissertação (Mestre em Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo

LACERDA FILHO, Mozart. **A lupa do professor de história: a Micro-história na sala de aula**. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

LIMA, Edvaldo Carlos de, AMORIM, Caio Augusto Maciel, THOMAZ JR, Antonio. **Movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo**. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/212.htm>>

LIMA, Sérgio R., MOREIRA, Gisela L. X Encontro Nacional de Economia Política. Disponível em: <www.sep.org.br/artigo/10_congresso_old/xcongresso105>

MARANDOLA, Eduardo Jr. **Novo olhar sobre o espaço: território e vulnerabilidade**. Debate sobre o artigo de Rigotto & Augusto. Cad. Saúde Pública vol. 23 supl.4 Rio de Janeiro 2007 ISSN 0102-311X

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MILIBAND, Ralph. **Análise de classes**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 471-502.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *et al.*. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 80 p.

MITIDIERO, Marco Antonio Jr. **O Estopim dos Movimentos Sociais no Campo**. São Paulo: Trabalho de Graduação Individual. Dep. de Geografia, FFLCH. USP, 1999.

MONTENEGRO, A. T. As ligas camponesas e os conflitos no campo. **Revista de História**. João Pessoa, nº18, jan/ jun. 2008.

MOTTA, Márcia Maria Mendes, **A grilagem como legado**. Publicado em Motta, Márcia & Pineiro, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e Universo Rural**, Vício de Leitura, 2001.

NARDELY, A. **As estratégias comunicacionais na campanha do PT à Prefeitura de Governador Valadares (MG) nas Eleições 2000**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2002

NEPOMUCENO, Marcelo. V.; TORRES, Cláudio V. Validação da Escala de Julgamento e Significado do Produto. **Estud. psicol. (Natal) v.10 n.3 Natal set./dez. 2005**. pp 421-430 ISSN 1413-294X

NETTO, J. Teixeira Coelho. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo. Ed. Perspectiva. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 n°. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

PIETRO, Maria Sylvania, Z. Função Social da Propriedade Pública. **REDE - Revista Eletrônica de Direito do Estado**. Salvador/Bahia. n° 06. abr/mai/jun/2006. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br ..>

PINTO, Juliana Vilela. **A representação do fenômeno migratório na mídia impressa valadarense**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Artes e Comunicação, Universidade Vale do Rio Doce. Governador Valadares, 2011

RABELO, Ernane. **Vida e Morte de O Combate**. 5° encontro da Rede Alcar. Disponível em: <<http://www.com.ufv.br/pdfs/professores/artigo%20redealcar%20ernane%20rabelo.pdf>>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ática. 1993.

RICCI, Rudá. Movimentos Sociais Rurais nos anos 90. **Diálogos Revista Eletrônica de História**. Costa Rica.vol. 2, n° 001.outubro. 2001. ISSN 1409-469X Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/439/43920103.pdf>>

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégia da comunicação, questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença, 1990

_____, **“Comunicação e cultura. A experiência cultural na era da informação”**. Lisboa: Editora Presença, 1994.

ROSA, Marcelo C. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n°.76 São Paulo, 2009. ISSN 0102-6445

ROSENDAHL, Zeny. **Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. Trabalho apresentado no X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

SCHENATO, Wilson C. **Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de E.P. Thompson e James Scott.** - Doutorando em Ciências Sociais – PPGCS/UFMG. 2010

SANTOS, Boaventura de Souza. **A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória.** Seminário: “Estudos Territoriais de desigualdades sociais”. PUC/SP. 2001

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura, **Território e Sociedade no Início do Século XXI.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora: Record, 2001.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge University Press, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais.** 2ª Edição. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1987.

_____ **Rede de Movimentos Sociais.** 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SIGAUD Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 1. pp. 255-280, 2005, p 268

SILVA, Lúcia O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, 11 (2), 1997, Estudos Avançados, ISSN 0103- 4014

SILVA, Jaider B. A Bíblia, a bota e o boi: a presença protestante na colonização do Médio Rio Doce - **Protestantismo em Revista**, v. 11 (ano 05, n. 03), set/dez. 2006. ISSN 1678-6408 Disponível em: <<http://www.est.edu.br/nepp>>

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas.** 3ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane. GIMENES, Maria da Glória G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade** 3 (2): 149-171: 1994

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro.1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História.** Rev. Bras. Hist. vol.24 no.47 São Paulo 2004. *Print version* ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://dx.doi.org>>

VILAÇA, Helena. Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 03, 1993, p.51. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/8215>>

HALL, Stuart. "The work of representation". In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

www.ibge.gov.br/ - site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000)

www.mst.org.br/ - site oficial do MST